



ATA Nº4/2024

ATA DA 1.º REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Aos trinta dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 03/2024 referente à sessão ordinária de 2024.06.29 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Apresentação do projeto para o novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Fátima -----

----- **02.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.04** – Alteração do Regimento da Assembleia Municipal -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de segunda revisão do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – versão final -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de segunda revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação – versão final -----



- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – proposta de contrato-programa -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – iluminação de Natal – proposta de protocolo-tipo -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Matas e Cercal – proposta de protocolo -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – proposta de contrato de comodato -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Adenda ao protocolo com a Freguesia de Fátima -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. – proposta de protocolo -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense – proposta de protocolo – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de ampliação da Zona Industrial de Ourém – Casal dos Frades – Freguesia de Seiça – Ourém – aquisição de parcelas de terreno – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – CAAPORTUGAL – Associação para Desenvolvimento das Aplicações Informáticas e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – P129/2024 – aquisição de serviços de limpeza durante 24 meses para as Unidades de Saúde de Ourém (Lote 1 – Centro de Saúde de Ourém / Lote 2 – vários Polos / Lote 3 – Centro Saúde de Fátima) – 43245/2024 – assunção de compromissos Plurianuais -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – P133/2024 – reabilitação da pista de atletismo de Fátima – Freguesia de Fátima (21834/2024- assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – P140/2024 – requalificação urbanística em Vilar dos Prazeres (47099/2024) – assunção de compromissos plurianuais ----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – P229/2023 – elaboração do levantamento topográfico e projeto para a construção de dois campos de futebol sintético, bancada e balneários ao Complexo Desportivo de Fátima (96665/2023) – aprovação do projeto de execução -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município de Ourém -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M. – Relatório de Gestão 2023 -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Ponto de Água em Paiveira – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém – utilização Auditório do Paço dos Condes de Ourém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense – processo n.º 1529/2022 – pedido de isenção de taxas -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Olival – requalificação do adro da igreja – pedido de isenção de taxas -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comité Paralímpico de Portugal – cedência de diversas instalações desportivas municipais – pedido de isenção de taxas -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Abraçar São Tomé e Príncipe – utilização do Teatro Municipal de Ourém – pedido de isenção de taxas -----
- **ADITAMENTO** -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Filarmónica 1.º de Dezembro, Cultural e Artística Vilarense Reis Prazeres – proposta de contrato de comodato ----
- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária – P182/2024 – Reabilitação da EB 2,3 IV Conde de Ourém (82087/2024) - assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.30** – Apreciação e votação da proposta camarária – P187/2024 – Prestação de serviços de medicina do trabalho pelo período de 36 meses (90405/2023) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.31** – Apreciação e votação da proposta camarária – P184/2024 – Aquisição de Serviços de Coordenação Técnica, Recursos Humanos, Acompanhamento, Sensibilização e de Mobilidade, no âmbito da operação “OURÉM – Cadastro Simplificado” – Lote 1 (Alburitel; Atouguia; Fátima e N.ª Sr.ª das Misericórdias) – Lote 2 (Caxarias; Seiça; Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; Rio de Couros e Casal dos Bernardos) – Lote 3 (Espite; Urqueira; N.ª Sr.ª da Piedade; Gondemaria e Olival; Matas e Cercal) – 30552/2024 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.32** – Apreciação e votação da proposta camarária – P185/2024 – Beneficiação da Rede Viária – Freguesia de Atouguia (9704/2024) – assunção de compromissos plurianuais ----
- **02.33** – Apreciação e votação da proposta camarária – P186/2024 – Beneficiação da Rede Viária – Freguesia de Alburitel (8201/2024) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.34** – Apreciação e votação da proposta camarária – P191/2024 – Beneficiação da Rede Viária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival (95325/2023) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.35** – Apreciação e votação da proposta camarária – P029/2020 – Elaboração de projetos – Requalificação Urbana de Vários Arruamentos no Centro Norte de Fátima – Fase 1 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.36** – Apreciação e votação da proposta camarária – P169/2022 – Elaboração do Projeto de Execução para Ampliação e Requalificação do Centro de Saúde de Ourém – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.37** – Apreciação e votação da proposta camarária – P038/2024 – Serviços para a elaboração do Estudo Prévio para Edifício Multifamiliar em Ourém – Arrendamento Acessível (9454/2024) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.38** – Apreciação e votação da proposta camarária – P041/2024 – Elaboração de Projeto de Reconversão para Edifício Multifamiliar em Fátima – Arrendamento Acessível – assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.39** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----
- Helena Santos Pereira -----
- Mónica Filipa Gaspar Faria -----
- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Tiago Ferreira Simões Vieira -----
- Joana Casimiro Rosado -----
- Francisco Emanuel Marques Lopes -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----
- Victor Oliveira Santos -----
- João Filipe Campos Catarino -----
- Jorge Pereira da Silva -----
- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
- Cláudia Maria Pereira Campos -----
- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----
- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----
- Freguesia de Atougua – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----
- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----
- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----
- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----



----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e dez minutos. -----

----- Neste momento solicitou a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante do Grupo Municipal do Partido



Socialista, referindo o seguinte: “No passado dia 2 de setembro requeri aos serviços da Assembleia dados que nos pareceram relevantes para que os possamos maturar e fazer as perguntas que nos parecem importantes. Recebi a resposta a esses dados sexta feira passada, a menos de dois dias úteis da Assembleia Municipal, mais de 20 dias depois de os ter pedido e porque, não sei se teve alguma coisa a ver com isso, fiz uma insistência. -----

Como o senhor Presidente da Assembleia já aqui disse várias vezes, nós não somos profissionais da política. O nosso tempo de lazer é com as famílias e foi praticamente impossível analisar os dados como eles mereciam ser analisados, há dados que pedimos que nos parecem muito relevantes. -----

Segunda questão. E peço uma especial atenção à mesa. E voltando também ao mesmo assunto, não nos parece que estejamos a prestar um bom serviço à população porque fomos eleitos, tendo uma Assembleia Municipal com 39 pontos, mais de dez, mais de um terço que vieram depois, aditados. Já ninguém tem a capacidade de analisar convictamente e especialmente cada um dos pontos e há pontos aqui muito importantes. Aprovamos as coisas e daqui a muitos anos vamos ser chamados porque votámos isto ou aquilo. Não faz qualquer sentido que, em menos de uma semana, tenham sido incluídos tantos pontos na agenda. Ninguém de boa fé pode dizer que estudou a fundo esses pontos.” -----

----- Tomado a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse o seguinte:

“Naquilo que à mesa compete esclarecer, quero esclarecer o seguinte relativamente aos pedidos de esclarecimento. Tinha precisamente, no ponto das informações, essas questões em agenda para dar a informação aos membros da Assembleia Municipal. Aquilo que gostaria de dizer ao senhor Deputado Municipal Nuno Baptista é que o documento, as informações que solicitou chegaram à mesa na sexta feira e, no próprio dia, até foi questionado à mesa se deveríamos aguardar pelo dia de hoje para fazer chegar ao senhor deputado, e disse, para comunicar. Foram talvez, menos de 3H que estiveram nas nossas posses. -----

Assim que o senhor deputado municipal nos enviou, foi solicitado ao gabinete do Senhor Presidente, como é normal nestas questões. A Assembleia Municipal não tem forma, nem meios para dar respostas às pretensões e às dúvidas e aos esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia Municipal. O meio de comunicação da Assembleia Municipal é



sempre ao gabinete do Senhor Presidente. É assim que deve ser. É assim que a lei estipula e foi isso que fizemos. -----

O senhor Presidente, segundo sei, na reunião de conferência de líderes que tivemos, falámos também sobre isso e o senhor Presidente disse que tinha pedido todos os esclarecimentos aos serviços, mas ele depois, na devida hora, dará os esclarecimentos que entender necessários. -- Não é querer ilibar a mesa da Assembleia de absolutamente nada, mas aquilo que lhe posso dizer. é que todos os esclarecimentos que os membros da Assembleia Municipal nos vão solicitando ou outros munícipes, o que acontece com frequência, nós encaminhamos para obter os esclarecimentos, porque nós próprios, quando há dúvidas dos munícipes sobre determinadas matérias, nós próprios passamos a ter essas dúvidas e gostaríamos de ver os assuntos esclarecidos. -----

Houve um tema em particular que o senhor Deputado Nuno Baptista colocou que não é sequer da competência do Município. E aqui nós podemos fazer uma de duas coisas, ou o senhor deputado fica satisfeito com a resposta que tem a ver com os serviços de saúde, que não são competência municipal, são competência do Estado e, portanto, fica satisfeito com a resposta que teve e vai procurar que lhe respondam diretamente na entidade, ou então a Assembleia Municipal pode, se assim o entender, colocar essas questões e disponibilizamos, obviamente para essa pretensão. Estamos disponíveis, se os líderes assim o entenderem, que esta seja uma questão da Assembleia e que seja remetida para quem de direito. -----

Relativamente aos pontos da ordem de trabalhos. Devo-lhe dizer que não é do agrado do Presidente da Assembleia Municipal e é do total desagrado da senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal. Como sabem, a colocação de muitos pontos na ordem de trabalhos, principalmente pontos que vêm fora da agenda, não é prática, não é usual, não é bom, não é recorrente. Os senhores deputados municipais não são profissionais, não auferem qualquer vencimento. Estão aqui, têm hoje, obviamente, uma senha de presença, que é aquilo que é habitual, mas são profissionais nas mais diversas áreas da atividade e quanto mais atempadamente pudermos dar todo o conteúdo de informação e esclarecimento, é isso que devemos fazer atempadamente e é isso que tentamos fazer. Neste caso concreto, a justificação que nos foi dada pelo senhor Presidente pareceu-nos muito plausível, até porque



houve a necessidade de fazer uma reunião extraordinária da Câmara. Nós reunimos de acordo com a lei, no período que deve ser para convocar esta sessão. Estudámos os pontos que estavam devidamente agendados e ficou em aberto, logo naquele dia, que haveria outros pontos que viriam fora da agenda de trabalhos. A justificação que nos foi dada foi de que havia aqui necessidade de, atendendo à submissão de candidaturas ao PRR, prazos que era necessário cumprir. Atendendo a esta excecionalidade, a Mesa da Assembleia entendeu que, havendo uma reunião suplementar que deveria aditar estas matérias. O tempo escasseava. Falei inclusivamente da necessidade ou não de fazermos uma reunião de líderes atempadamente para discutir esses assuntos. Mas não havia tempo útil para o fazer, porque era acrescentar ainda mais tempo para a falta de tempo que já tínhamos. E, portanto, a nota justificativa que dou é esta, nós aceitámos como uma medida mesmo excepcional, atendendo aos motivos apresentados. Os senhores vereadores também reuniram de forma suplementar para ter estes pontos aprovados. A alternativa seria fazermos esta sessão hoje com os pontos que já estavam em agenda e reunirmos uma Assembleia Municipal extraordinária na próxima semana, mas isso nunca foi colocado em cima da mesa, mas se calhar na próxima é o procedimento mais indicado para fazermos. Fazemos duas sessões, é assim que habitualmente até outras assembleias fazem. -----

Mas para hoje, lamento, é mesmo uma ordem de trabalhos muito extensa.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA referiu ainda que o site da Assembleia esteve indisponível, não permitindo o acesso e consequentemente análise da respetiva documentação. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL pediu desculpas pelo facto e referiu o lapso deveu-se à intervenção técnica no intuito de uma melhoria significativa da plataforma de gestão da AMO que esteve inacessível, cerca de 2H, entre as 9H e as 11H do dia de hoje. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia; a Mesa; Senhores Deputados; Senhores Vereadores; todo o público presente e Comunicação Social -----



Só dois ou três esclarecimentos sobre aquilo que o senhor Deputado Nuno Baptista aqui nos trouxe. -----

Uma primeira, para dizer que o senhor Presidente da Assembleia Municipal já explicou as razões pela qual, efetivamente, aquelas dez deliberações vieram mais tarde, dada a urgência. A maior parte destes assuntos, não todos, por causa do PRR efetivamente. Mas dizer-lhe que a reunião de Câmara ocorreu dentro do prazo normal para que possamos enviar atempadamente os documentos para a Assembleia Municipal e por isso, parece-me a mim que não foi infringida qualquer regra em termos administrativos. O que vou dizer agora não serve de exemplo, obviamente, mas eu conheço uma câmara aqui perto de nós que, no mesmo dia, fez uma reunião de Câmara e na hora a seguir faz a Assembleia Municipal, com pontos que foram aprovados na reunião de Câmara, no mesmo dia. Felizmente que isso não acontece aqui. Com uma semana de antecedência, parece-me que, mesmo não sendo profissionais como não são, desde segunda feira passada, quando foi aprovado e depois terá sido enviado para a Assembleia Municipal, penso que houve tempo mais do que suficiente para analisar os pontos. Obviamente que estarei aqui hoje para poder responder a essa situação. -----

Sobre a outra situação, a dos dados solicitados. Efetivamente o pedido chegou-nos no início de setembro, mas tal como acontece com a saúde, que é outra entidade que tem que nos prestar elementos também aqui, nomeadamente sobre a periodicidade e utilização do TUFO, tivemos que pedir a uma entidade externa, neste caso a Rodoviária, que é quem gere o serviço, os elementos para poder responder. Esses elementos chegaram cerca do dia 20 de setembro, mas como havia mais dados eu entendi que devíamos enviar tudo ao mesmo tempo. Estivemos ainda a aguardar pelos elementos do Teatro Municipal de Ourém, que foram mais difíceis de compilar, eles chegaram até mim também no dia 22 ou 23, mas, no meu entender e da senhora Vice-Presidente, eles não estavam completos e foram remetidos aos serviços para que houvesse um maior detalhe de toda a operação. E foi por isso que os documentos, os elementos, chegaram só na passada sexta feira, foi quando ficaram disponibilizados pelo Teatro Municipal de Ourém. Havia alguns elementos que também tinham a ver com assuntos de ordem financeira, também foi necessário recolher todos os elementos, sendo por isso que chegaram mais tarde. -----



Tínhamos os dados mais cedo, cerca do dia 20 setembro, mas, como lhe disse, entendemos enviar tudo ao mesmo tempo e foi por isso que eles não chegaram mais cedo. -----
Muito obrigado.” -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 03/2024 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024.06.29 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- Tomando a palavra, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão, datada de 29 de junho 2024, nas seguintes iniciativas: -----

- 21.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima, Fátima -----

- 25.º aniversário Centro da 3.ª Idade de Gondemaria, Gondemaria -----

- Cerimónia inauguração ETAR de Seiça, Sabacheira -----

- Cerimónia da inauguração Requalificação do Mercado de Fátima, Fátima -----

- Cerimónia de lançamento Revista Al-khatima e entrega dos prémios Tabula Rasa – Festival Literário de Fátima, Fátima -----

- VIII Edição da Festa do Emigrante, Freixianda -----

- Festas da Vila do Olival, Olival -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----



01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. -----

A La Vuelta” é um dos maiores eventos desportivos do mundo na modalidade de ciclismo de estrada, tendo créditos absolutamente firmados internacionalmente, em virtude da participação constante dos melhores corredores da atualidade na disputa de etapas, sendo transmitido e acompanhado por todos os cantos do planeta, chegando a mais de 190 países, alcançando mais de 500 milhões de pessoas. -----

Nesta Septuagésima Nona edição, apenas a segunda vez com início em Portugal e ao fim de 27 anos, a “Vuelta a España” volta a passar por parte do território nacional, com o Concelho de Ourém a ter tido o privilégio de receber o final de uma etapa desta edição e a oportunidade ímpar na promoção do seu território. -----

Aproveitando este evento de escala mundial, a estratégia municipal para o aproveitamento desta oportunidade única, passou pela promoção do nosso território em vários momentos: ----

– antecipadamente, na presença em diversos certames para a divulgação da marca Ourém e do seu único património; -----

– neste dia, 18 de Agosto, da parte da manhã, com a receção e envolvimento da clássica feminina da La Vuelta 2024 que percorreu quase a totalidades das freguesias do nosso território; -----

– a presença do programa “Aqui Portugal” da RTP 1, durante todo o dia de Domingo, que permitiu o contacto com diversas entidades e personalidades que diariamente promovem pontos de interesse do concelho, sejam estes patrimoniais, culturais ou turísticos; -----

– uma campanha de marketing da nossa marca Ourém, posicionada em pontos estratégicos do nosso território, mas também junto à chegada, promovendo-se o nosso concelho; -----



O resultado desta aposta terá superado as melhores expectativas, em virtude de uma adesão massiva dos Ourenses e de tantos que nos visitaram, que percorreram e movimentaram as ruas da cidade de Ourém. O final da etapa da “La Vuelta 2024” em Ourém, notabilizou o nosso Concelho pela positiva, evidenciando uma grande capacidade organizativa de eventos à escala global e sobretudo que temos imenso público entusiasta no segmento desportivo. -----

Estamos convictos que este foi um investimento ganho e justificado, pois o impacto da “La Vuelta 2024” no Concelho de Ourém vai continuar a revelar-se, em milhares de pessoas que virão ou voltarão ao nosso território, para conhecer o nosso património histórico, cultural e religioso. -----

Este não foi só mais um evento desportivo inserido na intenção de promoção e valorização do nosso território, mas também se traduziu numa enorme honra e orgulho para Ourém e para todos os Ourenses.” -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde. Cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente, bem como os que nos estão a acompanhar através do digital. -----

Setembro marca o início do ano letivo 2024/2025 para todos os alunos do concelho de Ourém, desde a educação pré-escolar ao final da escolaridade obrigatória, ou seja, 12.º ano. -----

O novo ano letivo é sempre um momento de renovada esperança para a comunidade escolar e educativa, com o foco na concretização dos objetivos a atingir. -----

Mas é simultaneamente um momento importante para os responsáveis diretos da organização do ano letivo para que tudo possa funcionar em pleno. -----

O ano escolar é preparado com muita antecipação, num esforço conjunto de planeamento levado a cabo pelos estabelecimentos escolares, em articulação com a Câmara Municipal, no âmbito das competências definidas no processo de transferência da educação. -----

Este Executivo continua a dar ao setor da Educação um lugar de destaque, acompanhando de forma regular todas as necessidades identificadas pelos diretores dos estabelecimentos escolares e encarregados de educação, desde a educação pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, com vista a criar as melhores condições de trabalho para os docentes e não docentes e dessa forma proporcionar igualdade de oportunidades para todos os alunos,



na medida em que quanto mais bem qualificados forem os nossos alunos, mais robusto e resiliente será o nosso desenvolvimento concelhio. -----

Para a sua concretização definiu para este ano letivo um conjunto de medidas para a contínua melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos escolares do concelho, nomeadamente o reforço de 37 Assistentes Operacionais para darem apoio aos cerca de 626 docentes que lecionam nas escolas do concelho de Ourém, o aumento dos valores investidos nas atividades de enriquecimento curricular (AEC's), no serviço de fornecimento de refeições e no apoio à componente de apoio à família. -----

Acresce a este esforço financeiro outros investimentos de vulto na melhoria do parque escolar, com especial destaque para as obras de requalificação na EB 2, 3 D. Afonso, IV Conde de Ourém, onde se prevê um investimento de quase 4 milhões de euros, ampliação do Centro Escolar da Caridade e do Centro Escolar Beato Nuno. -----

A par do investimento financeiro com vista à melhoria das condições físicas e materiais dos alunos, o Município desenvolve diversas atividades e projetos dinamizados por uma equipa composta por técnicos de educação, psicologia, terapia da fala e nutricionista, que diariamente desenvolvem projetos nas escolas com vista à redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo dos alunos do concelho. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ourém e a Vereadora da Educação tiveram a oportunidade de efetuar uma visita aos estabelecimentos escolares do concelho nos primeiros dias de aulas, com o objetivo de confirmar as condições de funcionamento das escolas no início de mais um ano escolar e desejar os maiores sucessos a toda a comunidade educativa - alunos, professores, funcionários, pais e encarregados de educação, com a confiança de que todos darão o seu melhor para alcançar os melhores resultados, reiterando o papel colaborativo do Município de Ourém com as organizações de ensino, em prol de uma educação de excelência no concelho. -----

O grupo dos deputados municipais do PSD/CDS apresenta um voto de reconhecimento ao Município pelo acompanhamento que efetua na prevenção de eventuais constrangimentos existentes nos estabelecimentos de educação e ensino, destacando igualmente todo o trabalho



desenvolvido pela comunidade educativa (direções escolares, pessoal docente, pessoal não docente e demais técnicos) em prol da educação do concelho.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimento a Assembleia Municipal e os membros da Mesa. -----

Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores -----

Colegas Deputados municipais -----

Comunicação Social -----

Público aqui presente e Público que visualiza em casa esta Assembleia. -----

Começo por dirigir a palavra ao senhor Presidente de Junta de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigas. -----

Caro colega, com certeza que sabe que a maioria das pessoas aqui presentes não é profissional da política. Aliás, como já foi dito hoje, não depende da política. Quer simplesmente fazer o melhor pelas suas populações. -----

No dia do Município, na inauguração da zona industrial de Freixianda, na qual estava como membro desta Assembleia Municipal, o senhor Presidente de Junta, no seu discurso voltou a faltar à verdade. Volto a repetir-lhe, a si e a toda a gente, que nenhum deputado municipal do Partido Socialista ou nenhum dos vereadores do Partido Socialista, nos últimos dois mandatos, votou contra a zona industrial da Freixianda. Peço-lhe, por isso, respeito por esta gente honrada. As pessoas também se afastam da política por estes jogos e joguetes. -----

Aqui chegados, com a abertura da proposta de alienação de lotes na zona industrial de Freixianda, desculpem a imodéstia, mas todas as razões pelas quais nos obtivemos estão lá. Lembremo-nos, primeiramente, que este foi o maior investimento público das últimas décadas no concelho. Quando foi decidido, não existia sequer a certeza de aprovação de fundos comunitários. -----

Vejamos então. Quanto à compra dos terrenos na zona industrial, onde se iniciou o processo que visava a construção da zona industrial, os deputados municipais do PS consideraram desadequado o processo de compra dos terrenos. Não consta do processo nenhuma avaliação independente, nomeadamente efetuada por um perito avaliador certificado, como acontece na



esmagadora maioria dos casos. Lembro-me, assim de memória, do caso do alargamento da zona industrial de Caxarias e no caso das obras de recuperação de Aljustrel. Senhor Presidente de Junta de Urqueira, senhor Presidente de Junta de Fátima, olhem que o poder executivo do concelho, que é do vosso Partido, precisou de uma validação independente do valor dos terrenos, imagine-se não acreditou no “só acho que vale tantos euros”. O povo na sua máxima sabedoria, diz que este foi um bom negócio para alguns privilegiados habitantes da Freixianda. -----

Estudo de viabilidade económico financeira. Por diversas vezes questionámos e alertamos como é que foi possível avançar para um projeto desta dimensão sem um detalhado estudo de viabilidade económica no qual fosse pensado, por exemplo, a dimensão dos lotes a construir. Que tipo de empresas se pretendia atrair para a zona industrial? Quais as que poderiam ser atraídas para usufruir dos grandes benefícios fiscais, pelo facto de estarmos a falar de uma zona de baixa densidade. Foi por isso um projeto de mais de 5 milhões € feito com base numa fezada. Espero que o discurso já tentado pelo senhor Presidente de Câmara, dizendo que o dinheiro até veio em grande parte da União Europeia, não continue. Este dinheiro, o mesmo da União Europeia, é de todos nós e tem de ser bem gerido. -----

Aqui chegados, vejamos o resultado da abertura de propostas. Foram vendidos nove lotes, menos de 50% da totalidade. Algumas das propostas apresentadas não estavam conforme as normas definidas no regulamento. Uma das propostas, inclusive, estranhamente, foi excluída por uma eventual incompatibilidade de funções do proponente com algum interveniente no processo de decisão. Nenhum dos proponentes da aquisição dos lotes é de fora do concelho de Ourém. A quase totalidade das empresas que adquiriram os lotes são de muito pequena dimensão. Só há uma empresa com um volume anual de negócios superior a 1 milhão €. -----

Os proponentes que se apresentaram são dois deles ligados à construção civil, três também do sector da construção civil, mas ligados à carpintaria e caixilharia, materiais de construção, climatização e piscinas. E temos até uma empresa sem contabilidade organizada no sector da comercialização de peças para automóveis, que propõe adquirir dois lotes com cerca de 5000 metros quadrados. Tirando a Caixamar, todos os outros proponentes faturam, em média, menos de 20.000 € mensais. Tirando a Caixamar, o total de colaboradores destas empresas, a



contar com os próprios gerentes, não chega a 20 pessoas. Sempre nos foi vendida a ideia pelo senhor Presidente de Câmara que existia ou existiria uma procura desenfreada pelos lotes, os contactos tenham sido muitos, mais que muitos. Teria que existir um grande rateio. -----

Podemos então concluir que o objetivo de constituição da zona Industrial da Freixianda, relembro era o grande desenvolvimento económico e social do Norte do concelho. Um admirável mundo novo que traria muitos empregos para aquela zona muitas vezes esquecida. Os verdadeiros ganhadores deste investimento foram só de carácter imobiliário, para benefício, como já disse, de alguns, poucos habitantes da Freixianda. Não conseguiram atrair nenhuma empresa de fora do concelho e por isso nenhuma nova empresa usufrui de grandes benefícios fiscais. O único fator óbvio que levaria uma grande empresa para este território, com uma localização territorial pouco atrativa, o valor de construção do total de cada lote era de aproximadamente 200.000 €. Foi entregue, cada um deles a empresas que nem sequer o seu valor de negócios. O volume de negócios anual, o investimento de mais de 5 milhões € foi, para já, quase em vão. E não terá nestes termos, o retorno desejado no desenvolvimento do Norte do concelho. -----

As maiorias quase absolutistas têm também este problema de quase cegueira de nunca ouvir as oposições, achar que tudo o que a oposição pensa é para o bota abaixo está errado.

E por isso lhe digo, senhor Presidente da Câmara, devia ter ouvido a oposição e devia ter mandado fazer um estudo de viabilidade económica, económico e financeira e do impacto sociológico no Norte do concelho. Todos, especialmente os habitantes do norte do concelho de Ourém, teriam ficado a ganhar com este conhecimento e planeamento e o desenvolvimento económico do Norte do nosso concelho estaria com certeza mais seguro. -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Cumprimenta a mesa e os senhores deputados aqui presentes -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante vereação -----

Público presente e a todos os que nos assistem lá fora, através das redes sociais -----

Boa tarde a todos. -----



Eu tinha realmente uma coisa preparada, um tema que não é de menos importância para tratar, hoje, neste ponto da ordem de trabalhos, mas o facto é que as circunstâncias que rodearam, digamos assim, a implementação deste novo sistema, levaram-me a protelar essa questão, que também é importante, e aqui a deixar algumas notas de insatisfação. -----

Eu também, como já é aqui recorrente, não sou profissional da política. Confesso que descarreguei os documentos da primeira ordem de trabalhos e tive acesso a eles. Não tive a oportunidade de fazer, na altura, uma consulta sobre estes novos pontos da ordem de trabalhos que foram aditados. -----

E a verdade é que o fim de semana também foi um pouco atarefado. E, hoje de manhã, predispus-me a consultar e a preparar minimamente esta reunião, mas deparei-me com uma porta fechada, não consegui entrar na plataforma de acesso aos documentos que nós estávamos habituados. E isso, penso que não é de menos importância, ou seja, não me permitiu ter acesso a uma série de documentação para que, nesta Assembleia, pudesse formular um juízo de valor sobre aquilo que vai ser hoje aqui discutido. -----

Eu vou até mais longe e digo, por exemplo, a documentação do ponto 02.33 não consta desta nova plataforma. Só lá está a deliberação da Câmara Municipal. Portanto, não tenho qualquer informação sobre este ponto, sobre a qual me possa basear para poder votar. -----

E depois, o ponto 02.32, 02.34, 02.36 estão lá ficheiros que eu não consigo abrir, têm um formato estranhíssimo, não sei o que é que lá está. Portanto, tenho algumas dúvidas que nós possamos, hoje aqui, aprovar pontos da ordem de trabalhos em que os próprios deputados não tiveram acesso a essa informação e estando lá os ficheiros, nós não os conseguimos abrir. ----

Eu deixava também outra nota, ao ponto mais de beleza, digamos assim, a própria fotografia de capa, vamos dizer assim, da nova página da Assembleia Municipal, é uma fotografia do anterior mandato. Eu confesso que gosto sempre de rever as caras mais jovens, gosto sempre de rever uma pessoa que me é cara, a Dr.^a Estela Ribeiro, na fotografia, mas julgo que era de melhor tom colocar uma fotografia ilustrativa do atual mandato. -----

Depois dizer também que, como já disse, tenho alguma dificuldade em perceber se realmente podemos aqui votar estas deliberações nos pontos em que não há disponibilidade de consultar a informação. A própria plataforma no telemóvel não consigo abrir. -----



Depois também a verdade é que não fomos informados pelos serviços atempadamente, que para aceder à nova plataforma teríamos que alterar o “user” para email que foi indicado no registo inicial para podermos termos acesso. Não recebemos essa informação. Eu se quis entrar na plataforma tive de telefonar para os serviços para ser informado. Portanto, acho que é um bocadinho grave. -----

E termino esta minha intervenção dizendo que eu sou adepto realmente das novas tecnologias. Sou adepto a que tenhamos que inovar, com toda a certeza, mas acho que o timing não foi o ideal, quando se põe uma plataforma, com os riscos que isso implica, a estreir no próprio dia de uma Assembleia Municipal. Recordo que entre assembleias temos no mínimo cerca de dois meses e, portanto, acho que aí, a meio desses dois meses, poderíamos fazer uns testes para que não prejudicassem os membros da Assembleia Municipal. -----

Senti-me prejudicado porque eu gosto de preparar as minhas intervenções e os meus discursos. Gosto de os escrever, mas realmente, desta vez não posso votar pontos que desconheço qual é o conteúdo. -----

Deixo aqui esta nota de insatisfação. -----

Boa tarde a todos e muito obrigado.” -----

----- Registaram-se ainda as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPARG DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Mais um Verão que passou e novamente o Município de Ourém presenteou-nos com espetáculos nas noites de quinta e sexta-feira entre 18 de julho e 05 de setembro, todos gratuitos. -----

“**Músicas aGosto**” decorreram na cidade de Ourém, alternando entre as Praças Dr. Agostinho Albano de Almeida e o Jardim Le Pessis-Trévisse. -----

Houve géneros musicais para todos os gostos, apostando-se essencialmente em grupos do concelho e da região, sendo que em 19 de agosto tivemos um evento de cinema (à semelhança do ano transato e através de uma parceria com uma conhecida cadeia de



supermercados do país) a qual decorreu na Praça Mouzinho de Albuquerque, tendo-se esgotado largamente o espaço em causa. -----

O “Músicas aGosto” é de facto uma aposta ganha, sendo de valorizar e apostar claramente nos grupos do concelho que vão surgindo, divulgando talentos da nossa praça e sendo uma forma de fixar e atrair população à cidade nas noites de verão. -----

Por outro lado, na Vila Medieval de Ourém entre 6 e 8 de setembro, assistiu-se a um pôr do sol mais especial e brilhante, com a segunda edição dos **Fins de Tarde na Vila Medieval**. -----

Esta iniciativa, que intercala com o Festival de Setembro, e se encontra incluída na candidatura de apoio à programação submetida pelo Teatro Municipal de Ourém à DGArtes, foi uma produção do mesmo e voltou a proporcionar um conjunto de espetáculos intimistas em vários locais da vila, contemplando também, este ano, iniciativas dedicadas à sustentabilidade e à alimentação vegetariana, numa parceria entre o Município de Ourém e a Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém. -----

Os concertos decorreram em locais estrategicamente bem escolhidos e foram distribuídos pela Praça do Pelourinho, Escadinhas da Sociedade Filarmónica e pelo Anfiteatro dos Torreões. A possibilidade de deslocação gratuita com os transferes em autocarro foram muito apreciadas por quem se deslocou aos eventos. O público acorreu à Vila Medieval e tiveram a oportunidade de contactar com as sonoridades de nomes como Luísa Sobral, Tó Trips, Milhanas (faço um parêntesis pois esta cantautora estava nomeada ontem para os Globos de Ouro na categoria de “Melhor Interprete”), Anibal Zola, André Henriques, Malva, Romeu Bairos e Bia Ferreira. Pode-se dizer que este tipo de iniciativas contribui para a promoção turística do concelho, e mais concretamente para o conhecimento da zona histórica de Ourém. -----

Pessoalmente tive a oportunidade de apreciar praticamente todos os espetáculos e o Município está de parabéns pela escolha diferenciada de bons artistas, os quais nos proporcionaram momentos únicos, num ambiente e envolvimento ímpares. Aliás, esta parece-me ser uma opinião generalizada pelos contactos que tive com outros assistentes. -----

Por outro lado, a 1ª edição do Festival “*Sustentabilidade e Alimentação Vegetariana*” recebeu um alargado leque de prestigiados oradores e formadores de renome nas áreas da gastronomia e da sustentabilidade, que possibilitaram a realização de um conjunto de



iniciativas diversificadas e inovadoras no nosso concelho, com uma programação para todas as idades e distribuída por vários espaços da Vila Medieval de Ourém, nomeadamente: -----

- Degustação gastronómica, na Ucharia do Conde; -----
- Uma zona expositiva dedicada a marcas com produtos e serviços que se enquadram no nicho vegano e que promovem uma componente Sustentável e/ou de Economia Circular, alimentação baseada em iguarias da cozinha de base vegetal, animação infantil, palestras e masterclasses com especialistas e investigadores na área yoga e showcookings, na Praça de Armas; -----
- E uma venda da bagageira, junto à antiga escola primária. -----

De referir ainda que, na passada semana, no dia 25 de setembro, decorreu a cerimónia de entrega de prémios de Excelência Autárquica, no âmbito do II Congresso Cidade Social, realizado no Europarque, em Santa Maria da Feira. -----

Apraz-nos registar que ao Município de Ourém foram atribuídos 4 diplomas, respetivamente nas categorias de Educação, Desporto, Ação Social e Cultura. Relativamente às categorias de Ação Social e Cultura, e no contexto da cerimónia, a autarquia foi convidada a apresentar os projetos destas categorias, sendo eles: -----

- O projeto “CLUBE DE VOLUNTARIADO JOVEM – VERÃO 2024”; -----
- E o “FESTIVAL DE SETEMBRO 2023 – “NÓS MIGRANTES”. -----

Estes foram apresentados por se destacarem e contribuíram claramente para o reconhecimento da autarquia neste âmbito.” -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de reconhecimento: “Depois de nove anos à frente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, cessou o seu mandato, como Presidente desta instituição, a professora Otilia Simões. -----

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, CPCJ, são instituições oficiais não judiciárias, com a autonomia funcional que tem como princípios a promoção dos direitos da criança e do Jovem, assim como a prevenção de situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento em termos de segurança, saúde, formação e educação. -----



A CPCJ de Ourém tem contribuído para a concretização destes princípios em articulação com as instituições da comunidade, num trabalho diário de intervenção, com elevado profissionalismo dos técnicos da Comissão Restrita, num enorme esforço para responder a todas as solicitações, em prol da proteção e da salvaguarda do respeito pelos direitos da criança e jovens do concelho de Ourém. -----

Como forma de agradecimento pelo trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal propõe um voto de reconhecimento à professora Otilia Simões, manifestando ainda a mais profunda gratidão a todos os comissários, por toda a dedicação em prol do bem-estar das crianças e jovens do nosso concelho. -----

À nova Presidente Eugénia Oliveira, a Assembleia Municipal de Ourém deseja os maiores sucessos nestas nobres funções.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Reconhecimento aprovado, por unanimidade.** -----

----- VOTO DE PESAR -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar: “Foi com profunda consternação que tomámos conhecimento, na passada sexta feira, do falecimento do Ouriense Pedro Miguel Rodrigues Fortunato, muito querido por todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. -----

A vida de Pedro Fortunato foi marcada por uma dedicação inquestionável à família, à comunidade, à sua profissão e pela capacidade de fazer a diferença tanto como desportista no seu Clube Atlético Ouriense, onde foi atleta na formação, quanto como membro ativo de várias instituições no concelho de Ourém. -----

Também desempenhou um importante papel na vida política local, atuando com compromisso e responsabilidade como membro da Assembleia Municipal de 1998 a 2001 e no mandato de 2001 a 2005, onde sempre defendeu os interesses da sua terra. -----

Nos últimos anos emigrou para França com a sua família, onde, mesmo à distância, manteve a sua ligação a Ourém. -----



Convidado a participar no livro editado pela AMO em 2021, Pedro Fortunato referiu que “*mesmo a 1600 quilómetros de distância sigo as sessões da AMO porque valorizo as minhas raízes*”. -----

Neste momento de dor, a Mesa da Assembleia Municipal de Ourém propõe a aprovação de um voto de pesar em memória de Pedro Miguel Rodrigues Fortunato, expressando as mais sinceras condolências à Família e aos Amigos. -----

A sua memória permanecerá viva entre aqueles que o conheceram e que tiveram a honra de partilhar a sua amizade e exemplo de vida.” -----

----- VOTO DE PESAR -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio** -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar: “Vítimas dos incêndios. -----

O país voltou a viver o drama dos incêndios. Em meados do presente mês de setembro, deflagraram múltiplos incêndios no território nacional, com especial incidência nas regiões Centro e Norte. -----

João Silva, de 60 anos, da Corporação de Bombeiros de São Mamede de Infesta, Sónia Melo, de 36, Susana Carvalho, de 44, e Paulo Santos, de 38 anos, da Corporação de Vila Nova de Oliveirinha, morreram heroicamente enquanto combatiam os fogos. Os quatro valorosos soldados da paz pereceram ao serviço e na defesa das populações e do território. -----

Sob o lema “Vida por Vida”, os bombeiros de todo o país são exemplo de dedicação aos outros. Os quatro bombeiros falecidos representam isso mesmo, um exemplo e uma inspiração para todos nós. -----

A Assembleia Municipal de Ourém manifesta o mais profundo pesar por todas as famílias e vítimas dos incêndios, apresentando as mais sentidas condolências às suas famílias e amigos. Prestamos ainda homenagem a todos os que combateram as chamas, especialmente as corporações de bombeiros do nosso concelho. -----

Muito obrigado!” -----



-----Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado os seguintes pedidos de intervenção: -----

----- JOÃO PEDRO DE SOUSA, Lagoa do Furadouro, concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

O assunto que trago tem a ver com a circulação elevada numa rua estreita. -----

Na nossa rua, rua da Arroteia, a rua das Matas, em Lagoa do Furadouro, é uma aldeia, as ruas são estreitas para o trânsito local, e nos últimos anos, tem vindo a ser usada como via para camiões de várias indústrias lá da zona. Algumas de longe, outras de perto, mas temos dias em que temos 30, 40, 50 semirreboque a passar nesta rua, uma rua estreita e sem qualquer condição de segurança. -----

Perante isto, nós decidimos fazer um abaixo assinado de todos os moradores da rua, quase todos porque um ou outro tem um negócio com essas entidades, mas a grande maioria fez este abaixo assinado. Pretendemos com isso que esse trânsito seja desviado ou mesmo interrompido para voltar a dar a qualidade de vida aos moradores. Portanto, queixamo-nos do elevado ruído à passagem dos veículos que transitam em horários menos próprios, a partir das 3h00. No último domingo, começaram a passar entre as 3h00 e as 7h00, cerca de dez camiões. Obviamente, na rua ninguém dormiu. -----

Forçam um excesso de tráfego rodoviário na via. Há um desrespeito geral sobre a população local e coloca em causa a sua própria segurança. Ainda não há muito tempo, as crianças podiam jogar futebol na estrada, hoje em dia, mal conseguem andar na estrada, porque mesmo que passe um camião, não há espaço para peões. Portanto, a segurança está muito má. Alguns veículos deixam ainda um rasto de mau cheiro quando passam. Nos 10, 15 minutos



seguintes há um mau cheiro nauseabundo. E além disto tudo, o trânsito excessivo está a danificar a própria estrada, muros de suporte e estruturas de habitações. -----

Portanto, o que nós realmente queríamos era que fosse colocado um sinal de proibição a trânsito de pesados naquela rua para devolver a qualidade de vida aos moradores. -----

Obrigado.” -----

----- Questionado o plenário sobre eventuais pedidos de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante do Grupo Municipal Partido Socialista, referiu o seguinte: “Este é um assunto que não é novidade para a população do concelho, mais atenta. Aparentemente há uma empresa, em especial, que causa a maioria, a grande maioria dos transtornos. A minha pergunta é se essa empresa está a fazer uma atividade devidamente legalizada. -----

E a segunda questão, saber se aquando da legalização se foram tidos em conta estes potenciais problemas. Não sei se é necessário um estudo de impacto ambiental para isto, mas queria ser elucidado sobre isso.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Senhor deputado, acho que não cabe ao munícipe dar-lhe essas informações. -----

Parto do princípio que, as empresas que têm atividade económica no município de Ourém, estão todas legais, mal seja que não estejam, mas alguma coisa está mal. Ficou o repto, ficou a denúncia. Penso que o Executivo municipal tomou as devidas notas. Muito obrigado. -----

Se o deputado quiser apresentar, por escrito, algum pedido de informação que a Assembleia possa pedir os respetivos esclarecimentos, está, como sempre, à vontade.” -----

----- JOSÉ CARLOS LARANJEIRA PEREIRA, Vilar dos Prazeres, concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome, cumprimento todos os presentes nesta Assembleia. -----

Meu nome é José Pereira e venho aqui na qualidade de porta voz das comunidades de Vilar dos Prazeres e do Caneiro, alertar as autoridades da Câmara Municipal de Ourém sobre a recente implantação de uma fábrica de transformação de resíduos de borracha em gás e



hidrocarbonetos, denominada *19Green/BB&G*, que emite, a céu aberto, através de uma pequena chaminé, diria que tem cerca de 30 cm de diâmetro, fuligem e fumo preto altamente denso, contaminando o ambiente, exalando cheiros insuportáveis, provocando náuseas, irritações respiratórias, enxaquecas e um ruído constante e contínuo de máquinas e ventiladores que estão em funcionamento durante toda a noite. -----

Portanto, esta fábrica funciona em regime de 24H e com o fim de se obter um gás que tem hidrocarbonetos. É um gás específico para a utilização em hidrocarbonetos que são armazenados em depósitos subterrâneos nas imediações de casas de habitação. Temos casas de habitação a cerca de 10, 15, 20 metros de distância, portanto, mesmo contíguas à fábrica ou à empresa. -----

O nosso intuito de vir aqui a esta Assembleia, já fomos também à Junta de Freguesia, é alertar para este problema. É urgente as várias entidades intervirem a fim de suspenderem imediatamente o funcionamento desta empresa e atuarem no sentido da fiscalização e implementação de medidas urgentes, tendo em vista minimizar os gravíssimos prejuízos para a saúde pública do ambiente e contaminação dos solos e redes aquíferos. -----

Nós temos aqui várias fotos documentadas que também entregámos ao senhor Presidente da Junta que são um autêntico atentado ao ambiente. Há redes de águas que estão completamente cheias de produtos nocivos, de derivados de petróleo. Inclusivamente, existe, no terreno contíguo à fábrica, que é do o senhor Sebastião, vários animais, várias ovelhas, várias galinhas, cães, que estão a beber, digamos assim, a água que está completamente contaminada e já há vários animais que morreram. -----

Portanto, exigimos também saber em que condições é que esta empresa foi autorizada a funcionar nestes moldes e se a Câmara Municipal de Ourém e as entidades de Proteção Civil e Ambiental têm conhecimento da mesma. Quem elaborou o relatório técnico a dar o aval de funcionamento desta empresa, etc, etc. -----

Portanto, neste momento, é uma situação de tal forma calamitosa que, de facto, exigia-se a deslocação das várias entidades fiscalizadoras no sentido de efetuarem a recolha do que lá está, dos sedimentos dessa fábrica, para que, de facto, este problema seja resolvido de uma



forma imediata, sob prejuízo da saúde pública e também de toda a cadeia, digamos assim, da rede de poços, etc, etc. -----

Por último, também vimos aqui alertar que, esta Comissão, que se constituiu de uma forma autónoma, está empenhada na resolução deste assunto. Portanto, passa pela suspensão imediata da fábrica ou da empresa e investigar, analisar, portanto, serem feitas todas as diligências pelas autoridades no sentido de verificarem a legalidade da mesma. -----

É isto que eu vinha aqui apresentar. Temos fotografias documentadas e que também demos ao Presidente da Junta. -----

Obrigado” -----

----- Questionado o plenário sobre eventuais pedidos de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, referiu o seguinte: “Boa tarde, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

Pedi a palavra exatamente para mostrar também a minha preocupação pela situação. -----

Aquilo que o José Pereira disse é verdade. Todas as fotografias que nos enviaram sobre aquilo já foram enviadas para a Câmara, tanto através da Junta como da Assembleia de Freguesia. Inclusivamente, a poucos metros, temos uma linha de água pública que, se aquela poluição que vimos estiver dentro desta linha de água, com as primeiras chuvas que vierem, vai nos contaminar as linhas de água existentes para a parte debaixo dessa linha de água. -----

Portanto, isso preocupa-nos bastante. Deixo mais esta preocupação, alguém deveria atuar e alguém deveria fazer alguma coisa sobre esta situação. -----

Muito obrigado” -----

= MÓNICA FILIPA GASPAR FARIA, Grupo Municipal Partido Social Democrata, referiu o seguinte: “Boa tarde. Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Eu quero apenas reforçar o que aqui foi dito. O desagrado da população é geral. Mas, também acredito que o município irá fazer o que estiver ao seu alcance de forma rápida e assertiva, porque prejudica a população. -----



Obrigada.” -----

----- Tomando a palavra o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Eu queria agradecer o facto de aqui terem vindo os munícipes manifestar a sua preocupação por esta situação. -----

Fui alertado em tempos, inclusivamente já estive no local. Tive azar, porque no dia que lá estive a fábrica não estava a laborar e, portanto, não pude ver e assistir aos incómodos que ela tem provocado. Mas, também já vi algumas fotografias e obviamente que a situação que está ali identificada deve-nos preocupar a todos. -----

O sr. José Pereira traz aqui um conjunto de questões, o que eu lhe posso dizer, e indo diretamente à questão, quem é que autorizou o licenciamento? O licenciamento do pavilhão, enquanto indústria, é da responsabilidade da Câmara Municipal. O licenciamento de atividade que ali está, nós nada temos a ver com isso, é da responsabilidade da CCDR LVT e, portanto, a CCDR LVT é que licenciou aquela indústria naquele local. Nem sequer pediu opinião à Câmara Municipal, não deu conhecimento sequer. -----

Nós, no dia depois de termos recebido algumas queixas, remetemos um ofício para a CCDR, no dia 20 de setembro, e passo a ler: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, recebidas, nesta edilidade, diversas reclamações denunciando do cheiro intenso a pneu queimado detetado no lugar do Caneiro, freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste concelho, os serviços técnicos deslocaram-se ao local, tendo verificado que o cheiro era proveniente de uma chaminé integrada em estabelecimento industrial e que igualmente libertava fumo bastante escuro. Era ainda muito perceptível o cheiro intenso a gás, nas proximidades. -----

Considerando que a CCDR LVT é a entidade coordenadora do processo de licenciamento da instalação industrial, serve o presente para informar Vossa Excelência da presente ocorrência e das diversas reclamações recebidas, dando assim cumprimento SIR Republicado, artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, na sua redação final, ao que foi possível apurar, a ação descrita é da responsabilidade da empresa I9Green/BB&G. -----

Assim, face às competências do Município de Ourém, no que diz respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios da população local, solicita-se a Vossa Excelência o envio



do processo de licenciamento da atividade, bem como o título digital emitido e acesso ao processo da Plataforma do SIR, salientando que o Município de Ourém não foi consultado no decorrer do processo de licenciamento industrial da empresa em assunto, tendo em conta a natureza da atividade e impactos na população local face à proximidade com as habitações existentes, conforme o previsto no artigo 14.º do SIR Republicado.” -----

Esta foi a carta que nós enviámos para a CCDR, dando conta da nossa insatisfação por aquilo que está a ocorrer no local. -----

Entretanto, porque também eu próprio me senti incomodado com aquilo que estava a ouvir e a ver, pedi esclarecimentos à empresa e, aquilo que a empresa me diz, é que ocorreu esta situação durante estes últimos 15 dias, talvez numa fase de testes da empresa e que terão terminado no sábado passado. Pelo menos é o que me dizem. Não sei se é senão. Quem lá vive, melhor do que eu poderão dizer, mas aquilo que me dizem é que terminaram no sábado passado esses testes. -----

No próximo dia 7 de outubro, haverá uma sessão, um dia aberto da empresa, para o qual todos estão convidados a estarem presentes, para que todos possam conhecer aquilo que a empresa está a produzir e aquilo que pretende produzir. Porventura, esta ideia deveria ter sido há mais tempo, antes destes testes terem acontecido. Eu não poderei estar presente porque estou ausente do país, mas o senhor. Vereador Rui Vital estará presente neste dia. Portanto, estão todos convidados, penso que já saberiam, para poderem ver no local aquilo que se passa. -----

O que me dizem é que é uma empresa que pretende transformar energia fóssil, neste caso pneus, em energia verde e que é o primeiro, ou como dizem, ecossistema mundial, circularidade e sustentabilidade ambiental no sector em pneu. -----

Obviamente que se a empresa tem como objetivo isto que eu agora acabei de dizer, não faz qualquer sentido que ela esteja a provocar aquilo que está a provocar. E, portanto, o que eu acho é que todos devemos estar atentos, todos devemos estar alertas para aquilo que está a acontecer, esperando todos nós que a situação não se repita quando a empresa começar a laborar, sendo que, se a situação que tem acontecido voltar a acontecer depois da laboração normal, obviamente que, vocês e nós, cá estaremos para contestar, para interpor, se for caso



disso, aquilo que for necessário para impedir que ela continue a trabalhar nestas circunstâncias. -----

Tenho a esperança de que isso possa não acontecer, porque, como vos disse, é uma empresa que tem a ver com economia circular, tem a ver com sustentabilidade. Se tem a ver com o ambiente, não faz qualquer sentido que esteja a produzir energia verde e ao mesmo tempo esteja a produzir ruído e fumos que nada são aconselháveis para a população. -----

E, portanto, são os dados que tenho e que posso dizer neste momento. -----

Dizer ainda, caso a situação se mantenha, nós cá estaremos, em conjunto com a população, para tentar resolver e para que a população não sofra as consequências com esta indústria. ----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Sobre a questão, parece-me que o senhor Presidente de Junta já tinha feito chegar à Mesa, esta reivindicação, tinha inclusivamente mostrado as imagens que possivelmente foram as imagens que os senhores partilharam e que nos parecem de grande gravidade. -----

O que está aqui é de enorme gravidade ambiental. -----

O senhor Presidente de Câmara está muito atento a este processo, já tomou uma série de diligências e está a tomar. No entanto, a Mesa da Assembleia Municipal irá fazer uma participação à Agência Portuguesa do Ambiente, que é a quem compete fiscalizar estas situações para que venham fazer uma visita urgente ao local, porque esta contaminação das linhas de água, de facto são altamente lesivas para o nosso património ambiental. -----

Agradeço muito a todos, por terem vindo e espero, desejo e farei tudo para que esta vossa vinda aqui não seja infrutífera e que possamos combater uma situação que não é abonatória para ninguém. Muito obrigado. -----

Vocês estão aqui em nome de um local, de uma terra, mas no fundo é o concelho de Ourém que está aqui em causa. É o nosso ambiente, que é de todos. -----

Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o munícipe JOSÉ CARLOS LARANJEIRA PEREIRA, refeiu ainda o seguinte: “Para dizer ainda que temos já um abaixo assinado, já são mais de 70 assinaturas e está a crescer, e vamos fazê-lo chegar às autoridades, nomeadamente o



Ministério Público e todas as agências que devam ter conhecimento desta situação tão gravosa, porque o investimento que está ali feito naquela empresa ou naquela fábrica já ascende certamente a mais de 1 milhão €. Ou seja, aquilo que lá está investido não vai ser agora retirado, certamente. Uma empresa daquele tipo, mesmo a funcionar de forma legal, nunca pode estar implantada no meio de uma comunidade populacional, perto de casas de habitação do Caneiro e do Vilar dos Prazeres, a expelir aqueles fumos negros com cheiros e a provocar irritações. É urgente, em primeiro lugar, pôr um ponto final naquela fábrica e mudá-la para instalações adequadas numa zona industrial. -----

Nós tivemos conhecimento, e vem reportado no jornal O Mirante do dia 26 de janeiro de 2020, esta empresa esteve para ser implantada na zona industrial do Cartaxo e esteve para entrar em laboração no primeiro trimestre de 2021. E, por razões que a gente desconhece, e já lá fomos inclusivamente à zona industrial do Cartaxo, não existe nenhuma empresa deste nome com estas características, foi empurrada aqui para o concelho de Ourém. -----

E mais. Aquilo era uma antiga fábrica de móveis que entrou em liquidação e que foi comprado em hasta pública. Portanto, a pessoa que é o detentor daquele pavilhão, que tipo de contrato de arrendamento é que fez para uma empresa deste género? São tudo questões que estão em aberto e que urge resolver. -----

Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, referiu o seguinte: “Gostaria de agradecer a presença dos dois grupos de população aqui presentes. -----

E pedia que nos mantivesse informados da troca de emails com a Agência Portuguesa do Ambiente para que pudéssemos partilhar com os nossos colegas deputados.” -----

02.02 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA O NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA -----



-----Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte:

“Gostaria de deixar uma nota justificativa sobre este ponto da ordem de trabalhos. Na reunião de conferência de líderes, prestei aos líderes municipais o seguinte esclarecimento. Em conversa que tive, e penso que não revelo aqui nenhuma inconfidência, com o senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Fátima, tive um conhecimento mais detalhado, mais aprofundado sobre aquilo que é a necessidade e a pretensão dos Bombeiros de Fátima na construção de um novo quartel. Confesso-vos que, nos vários momentos em que esse assunto aqui veio, eu próprio não tive a perceção do conteúdo patente nos projetos, da forma quando o senhor Presidente da direção dos bombeiros me explicou. E achei que, pese embora o assunto já tenha sido discutido aqui, já tenham sido esgrimidos os argumentos, o senhor Presidente de Câmara já tenha dado os devidos esclarecimentos sobre aquilo que era a pretensão, e apesar de ter sido aprovado por todos os grupos municipais, por unanimidade, parece-me, com o mesmo argumento que já foi dado aqui por vários grupos, que quanto mais informação, quanto mais conhecimento os senhores deputados municipais tenham sobre os assuntos, melhor, enriquecer trazer este assunto aqui novamente. O prejuízo é apenas só fazemos isto nesta altura. Se calhar teria sido mais rico, e eu lamento isso da parte da mesa, não o ter feito na altura, peço desculpa aos dirigentes dos bombeiros de Fátima, teria sido mais enriquecedor. Mas, hoje trazemos novamente este tema aqui. Está inclusivamente a servir de exemplo para uma metodologia que pretendemos ver vigorar nas sessões da Assembleia Municipal. Como foi dito, os senhores deputados municipais têm mais que fazer na sua vida quotidiana, têm muito pouco tempo para estudar os assuntos e ainda por cima quando as plataformas vão abaixo, menos tempo têm ainda, mas, de facto, quanto mais informação pudermos dar sobre os pontos, é normal que o senhor Presidente diga e caracterize, na sua génese, o que é que está em causa, é verdade e nós ficamos esclarecidos, mas se podermos enriquecer isto com imagens, com detalhes, penso que é enriquecedor para todos. Um deputado municipal não é profissional, como já foi dito aqui, mas é um cidadão que, por ter sido eleito, deve-lhe ser reconhecido os seus direitos. Não que tenha mais direito que qualquer cidadão do concelho de Ourém, mas pelo menos há um direito que ele tem que ter, que é o direito à informação privilegiada. As informações que saem do município são públicas, são



tornadas públicas, mas os senhores deputados municipais, quanto mais informação tiverem para sustentar a sua votação, melhor. E eu confesso que houve em torno desta questão dos Bombeiros de Fátima algum ruído que não é próprio para uma causa tão nobre quanto a dos bombeiros. -----

Para evitar qualquer tipo de nebulosidade, falta de esclarecimento convidou-se a Associação dos Bombeiros de Fátima a estarem aqui hoje. Agradeço uma vez mais a todos os órgãos diretivos dos Bombeiros de Fátima por terem vindo e agradeço também toda a disponibilidade para elucidarem, o máximo possível, todos os deputados que estão aqui à vossa frente e que todos eles, sem exceção, independentemente da cor política que cada um representa, são todos vossos aliados e, portanto, se tiverem mais esclarecimento, melhor para que eles possam também ser bombeiros sem farda. -----

Força, senhor Presidente. E obrigado uma vez mais.” -----

----- Compareceu o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, Amorim Gonçalves, tendo apresentado uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES, Representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Queremos começar por agradecer ao Sr. Presidente da AMO a oportunidade que nos deu para conhecer o projeto e ao Sr. Presidente da Direção pela apresentação que efetuou. -----

Damos os parabéns à Direção dos Bombeiros de Fátima pelo projeto apresentado. -----

O novo quartel será uma infraestrutura moderna e funcional, equipada para responder eficazmente às necessidades de Fátima e dos milhões de visitantes que recebemos anualmente. -----

Permitam-nos que façamos aqui uma pequena resenha de todo o processo e o que se conseguiu nestes últimos anos. -----



Este executivo, em estreita parceria com a associação, conseguiu resolver o problema da localização e da aquisição do terreno. Recordamos que o município apoiou em 500 mil euros a sua aquisição. Esta situação arrastava-se há anos, como todos se devem bem lembrar. -----

Esta aquisição, permitiu à associação, finalmente, desenvolver o projeto que aqui nos foi ora apresentado, e que no passado recente ninguém conseguiu resolver. -----

O Município, através de protocolo firmado e aprovado por todos nós, disponibiliza 2 milhões de euros para a sua construção, sendo que este valor representa cerca de 50% do valor estimado para a sua construção, o que não deixa de ser um esforço significativo do orçamento municipal.

A Câmara Municipal e a Associação têm procurado sensibilizar o poder central para a necessidade premente da construção de um novo quartel, por todos ambicionado, mas infelizmente, sem grande feedback por parte do anterior governo, existindo agora a expectativa do atual governo conseguir incorporar no próximo Orçamento do Estado o valor necessário para a sua construção. -----

Como podemos ver, trata-se de um projeto modular, que tem diversas infraestruturas como um heliporto, inaugurado recentemente, e a base de um hospital de campanha, financiado a 100% pelo Município e que será inaugurado brevemente. Ambos essenciais para a rápida resposta em situações de emergência. Estes investimentos demonstram o compromisso contínuo do executivo com a segurança e a saúde pública. -----

Para terminar, acreditamos que o Orçamento do Estado possa contemplar verba adequada para o efeito, de forma a que o projeto possa finalmente ser uma realidade.” -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, agradecer ao senhor Presidente da Direção pela maneira como nos mostrou o projeto. Confesso que já tinha algum conhecimento por conversas com ele. Já tinha algum conhecimento da globalidade do projeto. -----

Parabéns pela iniciativa e deixava algumas questões. -----

Acho que toda a gente que aqui está, nem que fosse nas campanhas eleitorais, já conheceu o atual quartel e obviamente que não tem as mínimas condições, como Presidente da Assembleia acabou de dizer. Até é estranho que ainda existem tantos voluntários com aquelas condições degradantes. -----



Tinha aqui um conjunto de perguntas que me parecem relevantes, até porque esta Assembleia, como disse o colega o deputado Carlos, já aprovou aqui alguns financiamentos. Mas como todos nós sabemos as coisas, o preço das obras tem tudo, tem tudo derrapado. -----

Pergunto, qual é o custo total estimado se as obras fossem feitas, se arrancassem agora. -----

Quando é que pensa que elas podem começar, até porque, se não estou em erro, estava previsto já estarem em andamento, tendo em conta o protocolo que aqui firmamos. -----

Outra questão, se vai ser construído todo de uma só vez ou por fases. -----

Qual o prazo expectável para terminar a obra?" -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia, serei breve só para subscrever as suas palavras. É sempre interessante e útil termos um suporte adicional para as nossas decisões. A apresentação que aqui nos foi feita é sempre muito importante para complementar essa informação que vamos tendo. -----

Depois também agradecer a presença do senhor Presidente da Associação Humanitária, agradecer o esclarecimento que nos trouxe e desejar para que este projeto possa ser, no futuro, uma realidade, uma vez que eu também conheço o espaço atualmente existente e exíguo. Não faz sentido, nos dias de hoje, ainda por cima numa cidade como Fátima. -----

E, portanto, é de todo deixar aqui os meus parabéns pela iniciativa e que decorra tudo da forma como tem a expectativa que decorra. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS DE FÁTIMA expondo o seguinte: “A Direção entendeu não definir o custo final da construção num período em que os preços subiam de semana para semana, para não ficarmos vinculados. Como é do conhecimento a todos, há três anos para cá, dois anos e meio para cá, houve uma altura que não havia controlo nos preços. O custo balizou-se se na ordem dos 4 milhões €. Portanto, nós não temos um valor certo. Por esse motivo, neste momento, já há uma redução, nomeadamente, no ferro e noutras áreas que já estão a corrigir. Nós, quando tivermos o apoio total definimos. Como dizia o antigo ministro tem de ser um processo que tem de envolver o município, o governo e a instituição, estávamos a aguardar na altura que ele saiu, o apoio dele



que era um apoio tripartido para fazer a infraestrutura. Neste momento, temos um novo governo e estamos a aguardar o apoio deles também para poder submeter a obra a concurso, para termos o valor final certo da obra. Portanto, aguardamos, a todo o momento, o apoio para o poder fazer, porque, como todos verificam, a associação não liberta meios e como a associação não liberta meios, as empresas, as instituições e a população tem a sua colaboração. Mas tem que haver aqui uma componente significativa de apoio. Não sei se respondi à questão. -----

A questão das fases. O objetivo era fazer na totalidade, era passar o mais rápido possível para esta nova instalação, dadas as condições em que estamos a operar. Portanto, o objetivo era fazer na totalidade.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, uma vez mais a todos os membros da Direção dos Bombeiros de Fátima. -----

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados oureenses, -----



É com grande honra e sentido de responsabilidade que encaro esta oportunidade de me voltar a dirigir a esta digníssima Assembleia, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. -----
 Agora que nos apressamos para a reta final deste ano de 2024, é tempo de efetuar balanços, cumprir objetivos e traçar novas metas, sempre em prol do desenvolvimento deste nosso território, por um futuro mais justo e próspero para todos os ourenses. -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Permitam-me que aqui destaque um conjunto de iniciativas que tiveram lugar nos últimos meses. Falo essencialmente de eventos de âmbito cultural e desportivo, cada qual à sua dimensão, mas todos eles capazes de provar que o Concelho de Ourém é um território que valoriza a sua história, na mesma medida em que é cada vez mais valorizado pelos que nos visitam. -----

Ao longo do verão, repetiram-se as tradicionais festas e romarias nas nossas aldeias, vilas e cidades. Celebrações estas que servem também como ponte entre gerações e ponto de encontro para as nossas famílias e para os nossos emigrantes. -----

Ano após ano, são estas dezenas de festas, um pouco por todo o Concelho, que ajudam a conservar tradições e a preservar a nossa história. Permitam-me, portanto, uma palavra de apreço para todas as pessoas que contribuíram para a organização de todas as festas e romarias do Concelho de Ourém, assim como uma palavra especial para todos os ourenses que nelas participaram, bem como a todos os emigrantes que elegeram a nossa terra como local de férias, reencontros. Muito obrigado! -----

Vivemos também outro dia marcante. Um dia histórico! A 18 de agosto deste ano, tivemos a oportunidade e o privilégio de receber uma etapa da Volta a Espanha a em Bicicleta. -----

La Vuelta trouxe a Ourém milhares de pessoas de outras origens. Milhares de portugueses de todo o país, milhares de estrangeiros, sobretudo espanhóis, que assim tiveram a oportunidade de tomar contacto com esta nossa terra e com toda as potencialidades de um território riquíssimo, a nível cultural, histórico, patrimonial e turístico. -----

Através da transmissão televisiva para mais 190 países e à boleia da internet e das novas tecnologias, o Concelho de Ourém entrou casa dentro de cerca de 500 milhões de pessoas de todo o Mundo. O retorno será evidente, assim como o impacto no turismo local. -----



Segundo a organização deste grandioso evento, estima-se um retorno diário à economia local de 500 mil euros, valor transacionado sobretudo ao nível do comércio, da hotelaria e da restauração. -----

Face à natureza destes números e perante o nível de entusiasmo gerado pela presença de cerca de 50 mil pessoas nas ruas de Ourém, no passado 18 de agosto, posso apenas concluir que toda esta operação resultou num enorme sucesso. -----

A La Vuelta ficará para sempre ligada à história do Concelho de Ourém, como o maior acontecimento desportivo alguma vez aqui realizado, sendo também aquele que mais receitas gerou e mais visitantes gerou. Foi, por tudo isto, uma aposta justificada e uma aposta ganha por todos nós, sobretudo aqueles que trabalharam ao longo de vários meses para que tudo corresse pelo melhor. A todos, o meu muito obrigado! -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

O mês de julho marcou também a realização de mais uma edição do Passeio Sénior, tradicionalmente promovido pelo Município de Ourém, com apoio à organização das diversas juntas e uniões de freguesia do nosso Concelho. -----

A mata do Buçaco foi o local escolhido para a jornada deste ano. Uma região lindíssima que encantou as largas dezenas de oureenses que aderiram a mais esta iniciativa, muito importante porque promove o bem-estar e a socialização entre idosos, além de estimular a atividade física e cognitiva. -----

Devo neste espaço realçar também a iniciativa Fins de Tarde na Vila Medieval, em que durante três dias passaram pelos diferentes espaços da Vila Medieval centenas de pessoas que procuraram usufruir de uma programação mais intimista, proporcionando ao público uma grande diversidade musical e simultaneamente a oportunidade (re)conhecer o riquíssimo património histórico da Vila Medieval. -----

Ou ainda a 5.ª edição do evento “Música a gosto” que é já presença assídua nas noites de verão da cidade de Ourém, entre julho e setembro, às quintas e sextas-feiras, alternadamente, no Jardim Municipal Le Plessis-Trévise e na Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida. -----

Minhas senhoras, meus senhores -----



Teve agora início mais um Ano Letivo, acontecimento que merece toda a atenção do Município de Ourém e da equipa que tenho a honra de liderar. -----

É inegável a importância do Ano Letivo, especialmente na ótica de uma Autarquia que tem responsabilidades cruciais no que diz respeito à educação das comunidades locais. -----

As obrigações do Município perante as escolas abrangem uma ampla gama de aspetos, que são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento social e cultural da população. -----

Uma das principais obrigações do Município é garantir que as escolas possuam as infraestruturas necessárias para o bem-estar das nossas crianças e jovens e de toda a comunidade educativa. Isso inclui a construção, manutenção e conservação de edifícios escolares, bem como a disponibilização de equipamentos e recursos pedagógicos adequados. Um ambiente seguro e bem equipado é essencial para uma boa aprendizagem. -----

Neste contexto, estou convicto de que estamos a cumprir bem o nosso papel, pois não haverá escola deste Concelho que não tenha merecido já a nossa atenção. São bem evidentes as melhorias que efetuámos no nosso parque escolar, bem como a grande mais valia dos edifícios que foram recentemente construídos. -----

O transporte de estudantes, principalmente em áreas rurais ou mais afastadas, é outra das responsabilidades que assumimos. Garantir o acesso à escola para todos os alunos é fundamental para a equidade e a inclusão, sendo que agora todos os alunos, independentemente do ciclo de ensino, são transportados de forma gratuita. -----

No âmbito dos recursos humanos, temos feito tudo para que as nossas escolas estejam bem apetrechadas ao nível de profissionais de educação, através da contratação de pessoal não-docente, de acordo com aquelas que são agora as competências do Município. -----

Neste ano letivo admitimos 31 novos Assistentes Operacionais, indo assim ao encontro das expectativas e das solicitações das Direções dos Agrupamentos do nosso Concelho. -----

Através dos nossos serviços dedicados à ação social e à educação, continuamos atentos às necessidades sociais dos alunos, garantindo apoio aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. -----



A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e económico de uma comunidade, e o investimento na educação resultará sempre numa sociedade mais justa, saudável e próspera. Portanto, garantir um ano letivo produtivo só pode ser uma prioridade central para este Executivo. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Tenho a honra e o prazer de afirmar aqui perante todos os ourenses, que o Município de Ourém acompanha as preocupações e as necessidades mais atuais da nossa sociedade global. -----

Foi neste sentido que procedemos a várias diligências com o objetivo de sediar no nosso território um gabinete afeto à Agência para a Integração, Migrações e Asilo. O Espaço AIMA vai ser uma realidade no Concelho de Ourém. -----

Estamos perante uma estrutura que visa facilitar e simplificar os procedimentos de receção e encaminhamento de pedidos de renovação de autorização de residência, e respetivos títulos a cidadãos estrangeiros. -----

O Espaço AIMA trabalhará em estreita colaboração com a nossa autarquia. Este ponto de atendimento realizará tarefas de atendimento presencial, no âmbito dos procedimentos administrativos da competência da AIMA, tais como a concessão de prorrogações de permanência, a concessão de autorizações de residência, a emissão de cartões de residência temporária ou permanente, entre outros procedimentos. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Dirijo agora esta minha intervenção para uma área que continua na ordem do dia e que a todos nos preocupa. Falo da saúde. A saúde no Concelho de Ourém. A falta de médicos de família persiste, pese embora os esforços que temos feito no sentido de pressionar os vários governos com os quais temos vindo a trabalhar. -----

Sem outra hipótese de resolver o assunto, resta-nos fazer aquilo que, em boa verdade, sempre temos vindo a fazer: criar condições para combater a escassez de profissionais de saúde. -----

Neste contexto, e em linha com a estratégia que adotámos num passado recente, permitam-me que destaque dois acontecimentos que marcam seguramente a linha do tempo: as próximas inaugurações das novas unidades de cuidados de saúde de Caxarias e de Rio de Couros, duas



empreitadas muito importantes, que são também uma resposta cabal do Município perante um problema para o qual não temos competências legais para estabelecer uma solução definitiva. Estas duas empreitadas, a acrescentar às quatro já anteriormente efetuadas, representam mais um esforço significativo que o Município de Ourém levou a cabo, no sentido de melhorar equipamentos e infraestruturas. Estas melhorias, além de proporcionar melhores condições de acesso aos utentes de Ourém, também garantem melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde. -----

Este esforço de requalificação irá continuar, pois temos previsto iniciar durante o próximo mês a requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Fátima e, durante o próximo ano, a requalificação do Centro de Saúde de Ourém. -----

Ainda na área da saúde, recordo que o Município de Ourém foi pioneiro neste modelo do projeto Bata Branca, através do qual conseguimos contribuir para mitigar o problema da falta de médicos. -----

Recordo que arrancámos com este projeto em abril de 2023, contratando 60 horas semanais. Face ao sucesso desta iniciativa e às melhorias que dela resultaram, avançámos para as 100 horas semanais. E depois para as 150, e agora para 175 horas semanais, na sequência do acordo estipulado entre Município de Ourém, Unidade Local de Saúde da Região de Leiria e Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém. -----

Ainda neste domínio, em estreita articulação com a ACSS (Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P.) e o Ministério da Saúde, estamos a trabalhar para que seja possível implementar uma USF, tipo C em Ourém, que acreditamos poderá permitir reduzir substancialmente o número de utentes sem médico de Família no nosso Concelho. -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Gostaria de expressar o meu profundo agradecimento aos bombeiros, proteção civil e às juntas de freguesia de Ourém pelo seu incansável esforço e dedicação no combate aos incêndios que mais uma vez assolaram o nosso concelho. Apesar do elevado número de ignições, 80 para ser mais preciso, felizmente a sua dimensão e amplitude foi relativamente diminuta, muito se devendo à pronta e musculada resposta dos Bombeiros e agentes da Proteção Civil. A



coragem e o compromisso demonstrados por todos os envolvidos foram fundamentais, e não posso deixar de reconhecer o sacrifício e a bravura de cada um. -----

Quero neste fórum manifestar a minha homenagem e solidariedade para com os meus homólogos dos concelhos dos distritos de Aveiro, Vila Real, Viseu, Porto e Coimbra, fortemente assolados pelos incêndios que ocorreram em setembro. Estas populações jamais se irão esquecer destes fatídicos dias, pelo que expresso as minhas sentidas condolências a todas as vítimas que infelizmente ocorreram. -----

Não podemos continuar, e desculpem a expressão, “a assobiar para o lado” e agora que a chuva voltou esquecermo-nos do problema. É por isso que sou um acérrimo defensor de iniciativas como a OIGP (Operação Integrada de Gestão de paisagem) recente aprovada, sob a responsabilidade da ADN – Serras do Norte, que permitirá, caso tenha sucesso, reordenar algum do nosso território, no Norte do Concelho e garantir alguma rentabilidade aos proprietários, pois o problema, é essencialmente de ordenamento do Território e económico, e só combatendo estas frentes poderemos evitar estas tragédias constantes. -----

A todos os que contribuíram e continuam a contribuir para a segurança e bem-estar da nossa população, o meu sincero obrigado. -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Antes de terminar permitam-me que aqui sublinhe algumas empreitadas, igualmente importantes, nos respetivos contextos e que estão preparadas para se iniciarem brevemente e que totalizam cerca de nove milhões de investimento: -----

A requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, a requalificação de parte da Estrada Nacional 113; a requalificação da Rua de Castela; a requalificação da Estrada do Carregal; a construção de passeios na União de Freguesias de Matas e Cercal; a requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Fátima, a requalificação da Estrada Nacional 356, em Rio de Couros e obras de melhoria no Agroal, são exemplos de algumas intervenções que vão avançar. Algumas, ainda este ano; outras, no início do próximo. Todas, com um propósito comum: continuar a desenvolver o território ourensense. -----

Minhas senhoras, meus senhores -----



Termino esta minha intervenção, reforçando toda a nossa determinação, transparência e empenho em prol das funções para as quais fomos eleitos. Acredito que estamos no caminho certo para garantir que Ourém possa continuar a ser um Concelho próspero, solidário e justo. Enquanto Presidente da Câmara Municipal, estarei sempre ao lado dos ourenses, empenhado em trabalhar para o bem da nossa terra e de todos os que nela habitam. -----

Muito obrigado!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

| Anexo | Nova Estrutura | Nomenclatura |
|--------------|---|---------------------|
| Anexo A | Divisão de Gestão Financeira | DGF |
| Anexo A.i) | Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento | SCPA |
| Anexo B | Divisão de Recursos Humanos e Informática | DRHI |
| Anexo C | Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos | DOMSU |
| Anexo D | Divisão de Urbanismo e Território | DUT |
| Anexo D.i) | Serviço de Apoio Urbanístico | SAU |
| Anexo E | Divisão de Ação Cultural | DAC |
| Anexo F | Divisão de Educação | DE |
| Anexo G | Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente | DAFCE |
| Anexo H | Divisão de Empreendedorismo e Turismo | DET |
| Anexo I | Divisão de Ambiente e Sustentabilidade | DAS |
| Anexo J | Divisão de Projetos Técnicos | DPT |
| Anexo K | Gabinete Técnico Florestal | GTF |
| Anexo L | Serviço de Planeamento do Território | SPT |
| Anexo M | Serviço de Atividades Municipais | SAM |
| Anexo N | Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude | SADJ |
| Anexo O | Serviço de Ação Social e Saúde | SASS |
| Anexo P | Gabinete de Comunicação e Imagem | GIC |
| Anexo Q | Divisão de Proteção Civil | DPC |



| | | |
|---------|--|---------|
| Anexo R | Serviço de Fiscalização e Contencioso | SFC |
| Anexo S | Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito | EMHMATT |

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “De facto, a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal foi precisamente um dos documentos que eu não consegui consultar em tempo útil. Gosto sempre de imprimir porque eu dou-me mais com o papel e gosto sempre de ler atentamente, mas isso não invalida a minha exposição neste momento. -----

Faço notar que já aqui anteriormente ouvi um elogio da parte da bancada do PSD à passagem da Vuelta por Ourém que correu tudo bem. Também partilho dessa opinião. -----

Acabei de ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal a fazer um saldo positivo desse evento que marcou o dia 18 de agosto, salvo se a memória não me falha, não só em Ourém, mas em todo o concelho. -----

Admitindo, à partida, que não sou um expert em ciclismo, mas tenho alguém familiar próximo que gosta muito de ciclismo e que me vai pondo ao corrente das últimas novidades, a verdade é que tivemos cerca de mais de 1H à espera que os ciclistas chegassem ao nosso concelho e a Ourém, mais em concreto. Quem acompanhava pela televisão, nomeadamente o Eurosport, salvo erro e contrariamente àquilo que ia acontecendo, o que é hábito acontecer no estrangeiro e também vinha já acontecendo desde que iniciou a volta, que tinha apenas um dia ou dois, salvo erro em Portugal, a verdade é que acabando nesse próprio dia a Volta a França, salvo erro, as transmissões a nível internacional, julgo que do Eurosport, assim que os ciclistas chegaram a Ourém cortaram a emissão e não houve, digamos assim, uma grande exposição, pelo menos em termos televisivos, para o resto do mundo. -----

Eu deixava aqui a pergunta isto é um facto, está gravado, eu próprio estava a seguir a RTP e só houve uma pequena transmissão, salvo erro, da Quinta da Sardinha para Ourém em direto. E a minha questão aqui é se realmente o município ficou totalmente agradado ou se realmente essa penalização que tivemos por ter chegado aqui uma 1H depois do previsto, se as



expectativas não ficaram um bocado abaladas com esta situação, sem prejuízo, obviamente de o evento em si trazer bastante visibilidade e notoriedade, e não pondo em causa a iniciativa que a Câmara Municipal levou a efeito. -----

Mas deixo aqui esta questão. -----

A segunda questão prende-se, obviamente, com as notícias vindas a público sobre a transformação do Centro de Saúde de Ourém numa Unidade de Saúde Familiar Modelo C, com a gestão a ser entregue ao sector social ou a entidades privadas; trata-se, de facto, de uma experiência piloto que irá ser implementada num total de 20 centros de saúde, sendo que 10 destes são na região de Lisboa, 5 na região de Leiria e outros 5 na região do Algarve: -----

- E, neste âmbito, a minha primeira questão tem a ver com o passado, e se nos pode desvendar aqui um pouco daquilo que o executivo fez ou tem vindo a fazer nesta matéria, que culminou com a inclusão do Centro de Saúde de Ourém neste lote experimental de 20 Centros em todo o país; -----

- E depois, agora numa perspectiva de futuro, se já existe algo de concreto quanto ao modelo de gestão que irá ser adoptado, ou seja, se estamos a falar numa gestão ligada ao sector social ou a entidades privadas, e, de uma maneira geral, o que é que a Câmara perspectiva que vá mudar em termos da saúde no concelho de Ourém com esta nova solução. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, Presidente da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimenta toda a mesa -----

Cumprimenta o Senhor Presidente da Câmara, todos os vereadores, todos os colegas desta Assembleia Municipal, o público em geral, a comunicação social. -----

Apenas um pequeno esclarecimento sobre as obras que estão previstas para o Agroal. Gostava que o senhor Presidente da Câmara me explicasse ou me dissesse quando é que vão começar e qual será o prazo provável de execução das mesmas. -----

Muito obrigado” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----



Queria cumprimentar toda a gente aqui presente, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

E cumprimentar também toda a gente que nos assiste através dos meios de comunicação. -----

Eu tinha aqui duas questões relativamente a uma questão muito importante, que é o início do ano letivo e ano passado. O ano passado, penso eu, mais ou menos nesta altura, já tinha feito uma questão sobre a falta de segurança e os acessos a algumas escolas e referi, na altura a falta de segurança nos acessos e mesmo na própria rua que vai para o Centro de Estudos de Fátima, e toda aquela rua que vem desde do cruzamento do Alvega. -----

Na altura, lembro-me do senhor Presidente ter dito que havia um projeto, um estudo para aquela zona. -----

Eu pergunto em que ponto de situação está esse estudo, se temos ou não requalificação daquela estrada e daquele cruzamento e da rua que vai até ao CEF. -----

Outra questão, relativamente ao uso e às restrições dos telemóveis na escola. Sei que há alguns presidentes de câmara que têm tido uma opinião sobre este uso e sobre as restrições dos telemóveis nas escolas. Perguntava se o senhor Presidente tem alguma opinião formulada sobre o assunto e se tem alguma recomendação já dada a essas escolas sobre a utilização dos telemóveis nos vários centros escolares. -----

Obrigado” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O senhor deputado Nuno Baptista colocou-nos aqui algumas dúvidas/questões sobre a zona industrial da Freixianda.

Eu gostaria que o senhor Presidente pudesse informar sobre o ponto de situação do concurso relativo aos lotes. -----

Obrigado” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. ---

A minha questão também é uma questão sobre segurança rodoviária e pedonal. Em Fátima, no cruzamento da Rua São João Eudes com a Rua de Santa Clara. Este cruzamento, para quem



conhece, estão ali uma série de cafés e está um bar de funcionamento noturno. Nesta altura do ano, temos ali mais jovens a circular e era importante, se calhar, ter ali umas passadeiras e, se calhar, até algum aumento da visibilidade também para os condutores que ali circulam. -----

É uma zona que tem vindo a diminuir o número de acidentes, e ainda bem, mas também é uma zona com muito fluxo rodoviário nas manhãs e nas tardes. Era importante garantir uma maior segurança pedonal e rodoviária. -----

Obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente da Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Queria saudar a mesa, a Câmara e os meus colegas e quem nos acompanha em casa. -----

Eu tinha aqui três questões para colocar ao senhor Presidente. -----

A primeira diz respeito aos incêndios. A época que mobiliza mais meios de combate aos incêndios creio que termina hoje e gostaria de lhe perguntar efetivamente qual é o balanço que faz da época de incêndios no nosso concelho. -----

A segunda questão diz respeito à substituição da atual iluminação pública por lâmpadas LED. Creio que é uma medida de facto positiva. Espero que continue. E pergunto qual é o ponto de situação deste assunto. -----

Finalmente, a última questão. Eu diria que uma das maiores ambições da Junta de Freguesia de Urqueira era efetivamente trazer o saneamento básico à nossa terra. E foi com muita satisfação que fui informado que até já lançou recentemente um concurso para o saneamento chegar a grande parte do lugar de Urqueira. A minha questão é saber qual é de facto o ponto de situação sobre este concurso. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente de Câmara, tenho duas perguntas que ainda consegui verificar dos dados que demoraram, que foram difíceis de arranjar. -----

Primeiro tema, já trouxemos aqui noutra Assembleia Municipal e acho que é bom fazer o ponto da situação. Todos nós temos contacto, pelo menos visual, com o TUFO, com os transportes urbanos de Fátima e Ourém. E todos nós temos a perceção que não está a correr bem. Eu,



pelo menos, tenho essa perceção, quando vejo os autocarros passar, vejo sempre pouca gente ou quase ninguém. -----

Pedi os dados. Como o senhor Presidente já disse, a Câmara Municipal pediu à Rodoviária do Tejo. Feito um balanço por alto, a média de viagens diárias, nem sequer são passageiros, é de 37 viagens em 37 percursos. Ou seja, a média é uma pessoa por cada um dos percursos. Estamos a falar de um investimento avultado. E volto a dizer que a parte significativa foram fundos comunitários. Temos que fazer alguma coisa quanto a isto. Obviamente que, desde abril, quando aqui foi perguntado até agora, em setembro é ridículo o valor, e peço desculpa pela palavra “ridículo” o valor de um passageiro em média por cada viagem. Alguma coisa está mal, temos que reformular isto. Ninguém, estará contente. E certamente o senhor Presidente Câmara não estará contente com estes números. -----

A segunda questão tem a ver, e eu também perguntei, com questões relacionadas com o Teatro Municipal de Ourém. Algumas dúvidas foram suscitadas. Chegaram-me aos ouvidos algumas dúvidas, pessoas que não estavam satisfeitas. Fui tentar perceber e pedi os dados, tanto de espetáculos como de custos e receitas do TMO. Chegaram-me na sexta feira, à tarde e demasiado sintéticos, no meu ponto de vista. Há aqui várias dúvidas que tenho e pedia-lhe, pelo menos, para que me esclarecesse. O saldo negativo do TMO, e não é o mais importante, no ano passado foi 600.000 €, e não foi mais porque houve aqui uma receita da parte da DGArtes. Os dados que me suscitam dúvidas são duas rubricas. Volto a dizer, não sei se teve acesso à listagem que me enviaram. Há aqui duas rubricas que são super sintéticas, que me deixam dúvidas, a questão dos encargos com funcionários. Se este encargo inclui os encargos com a gestão, com a entidade que gere a CMO, que é o dono da TMO, a entidade que gere, ou se esses encargos são os encargos que estão no ponto de encargos da entidade. -----

Para já, numa primeira, são estas as questões.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente Junta de Freguesia Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Boa tarde ou boa noite a todos. -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes. -----

Eu tenho aqui três perguntas. -----



Uma delas tem diretamente a ver com a informação do senhor Presidente e com esta novidade da questão do USF tipo C. -----

E queria juntar-me também ao deputado João Pereira, no sentido de nos esclarecer melhor. Como é que vai funcionar, comparativamente, este modelo de USF com os outros dois modelos que nós conhecemos. E, se há efetivamente alguma previsão para se implementar. Acho que seria importante também darmos este esclarecimento para que possamos dar uma informação mais correta, digamos assim, às pessoas que nos procuram. -----

Uma outra pergunta. Todos temos verificado o grande investimento na regeneração urbana na cidade de Ourém e há um edifício que, digamos assim, o último que falta requalificar. E falo do edifício da antiga rodoviária que está em estado devoluto. Mas, sabemos que o executivo municipal tem andado a trabalhar num projeto para o local, para sedear a Loja do Cidadão. Gostaria de perguntar se nos pode dizer qual o ponto de situação sobre esta matéria, por tratar-se também de uma requalificação importante para aquele núcleo central da cidade. -----

Uma outra pergunta. Tem-se verificado, cada vez mais, que os municípios têm apostado num investimento em videovigilância em locais públicos inseridos num contexto urbano, como ferramenta essencial de apoio, de prevenção e de ajuda à Guarda Nacional Republicana e à Polícia de Segurança Pública. Em Fátima, já existem alguns desses dispositivos a funcionar, segundo sei. Gostava de saber se há alguma possibilidade de se equacionar também este investimento para a cidade de Ourém. -----

E por último, agradecer publicamente o investimento no evento a La Vuelta. A cidade de Ourém verificou uma grande multidão de pessoas e, atrevo-me a dizer que até era bom que eles tivessem demorado ainda mais 1H do que aquilo que estava previsto, era sinal que, indiretamente, os lojistas, os cafés, os restaurantes, que estivessem abertos, tivessem a possibilidade de fazer ainda mais dinheiro e tivessem a oportunidade de faturar ainda mais. E, portanto, foi um grande evento. -----

Sou jovem, mas não me recordo de ter visto uma coisa assim, portanto, fico muito satisfeito de ter visto um evento desta envergadura no nosso território. E eu, que gosto de ciclismo e que aprecio ciclismo e que acompanho ciclismo, deixo também aqui uma palavra de agradecimento à população que se mobilizou para fazer parte deste grande evento da nossa terra. -----



Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Senhor deputado João Pereira questiona sobre a Vuelta. O senhor Presidente de Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade já referiu aquilo que eu ia para dizer, que até foi bom ter 1H de atraso para que as pessoas pudessem consumir mais. Tenho pena que, efetivamente, alguns estabelecimentos comerciais não tenham estado abertos. Opção própria, porque todos sabiam que a Vuelta iria chegar nesse dia, hora em que iriam aqui estar milhares de pessoas. E por isso, às vezes, quando as pessoas se queixam que o negócio está fraco, mas também quando é para fazer algum esforço, se calhar também não o fazem. E se calhar podiam tê-lo feito neste dia porque foi um dia, digamos que talvez o melhor dia de sempre do comércio em Ourém a todos os níveis. -----

Não partilho da sua opinião, porque eu acho que foi transmitido para muitos e muitos países do mundo, não só de forma direta, mas depois em diferido ou através de reportagens que foram sendo feitas. E eu tive a oportunidade, não vi as transmissões porque estive envolvido diretamente na organização, isto é, estive aqui presente na chegada, mas vi muitas, muitas alusões, muitas imagens daquilo que nos caracteriza em termos de produtos turísticos. Tenho a certeza que, no futuro, isso irá ser refletido também nesses mesmos locais. -----

Em relação à Saúde e à ULS tipo C. Efetivamente, como foi noticiado, o município de Ourém, segundo notícias que vieram a público, foi um dos dois concelhos escolhidos para que pudséssemos implementar o modelo tipo C neste concelho. Eu não lhe posso acrescentar muito mais, porque ainda nem sequer saiu legislação própria para o efeito. O que posso dizer é que tivemos já uma reunião com a ACSS, que é a entidade que está a desenvolver estes projetos e aquilo que sei, é que serão unidades locais de saúde que permitem que os privados ou que as IPSS possam desenvolver o projeto. Ou seja, imaginemos uma contratualização, penso que, pelo menos, durante cinco anos, de 5, 6, 7 milhões € que é entregue à entidade que a Câmara entender delegar esta competência. Obviamente que se assim for, terá que ser através de um concurso público para poder fazer esta situação. E, esse dinheiro é entregue a essa entidade que for escolhida ou que apresentar a sua intenção de candidatura e ela é que irá gerir este



dinheiro, irá ela contratar os médicos e irá ela fazer o investimento. Depois, as pessoas que estão sem médico de família irão ser alocadas a esta ULS. O princípio é mais ou menos este. -- Como disse, não é obrigatório que funcione no Centro de Saúde, poderá funcionar ou não no Centro de Saúde, como poderá ser noutra local qualquer da cidade, o que é um dado relevante. Neste momento, não lhe posso adiantar muito mais do que aquilo que lhe acabo de dizer, porque, como lhe disse, ainda não há legislação publicada para o efeito. Penso que irá ocorrer nos próximos dias e logo que isso aconteça, iremos em conjunto com a ACSS e com o Ministério da Saúde, procurar a melhor forma de agilizar o processo para que, rapidamente, possamos ter uma ULS, seja C, seja B, seja o que for, porque precisamos efetivamente que isso volte a acontecer aqui na cidade de Ourém. -----

- Senhor Presidente de Junta, Paulo Nunes. A questão do Agroal, irá à próxima reunião da Câmara Municipal, a adjudicação final, a consignação. Seguramente pensamos que iremos iniciar obras ainda em outubro, até porque tem que ser mesmo nesta altura, que é quando o leito do rio vai mais baixo e por isso tem que ser nesta fase. Portanto, nós pensamos começar em outubro e, obviamente, que deverá estar concluída no início da próxima época balnear. É essa a expectativa que nós temos. A empresa está preparada para poder iniciar as obras. -----

- A senhora deputada Helena Pereira. Fala aqui em duas situações, uma sobre a segurança na rua São João Eudes, que vai ao encontro também com a pergunta do deputado Victor Santos, que também fala nesta rua, no cruzamento da Rua São João Eudes com o cruzamento da Rua de Santa Clara. Como eu disse, estamos a fazer o projeto, ele está praticamente concluído. Irá iniciar-se no cruzamento dos semáforos, passo a publicidade, junto Retiro dos Caçadores até ao cruzamento com a Rua de Santa Clara, onde referi, onde iremos ter uns semáforos. E no cruzamento para o CEF iremos ter uma rotunda que dali seguirá, para quem conhece, para o snack bar "O Campinho", naquela rua que ali está e que terá de ser alargada e requalificada. É este o projeto que estamos, neste momento, a trabalhar. Como lhe disse, penso que até ao final do ano, ficará concluído e parece-me que virá melhorar muito a segurança rodoviária e pedonal nestes dois locais, porque sabemos perfeitamente que são locais por onde passa muita gente a pé, tendo em conta o acesso ao Centro de Estudos de Fátima e também à



Escola Profissional, embora por outro lado, mas também por ali. Portanto, é este o ponto de situação e é este o projeto que, neste momento, estamos a desenvolver. -----

Em relação aos telemóveis, eu não lhe posso dizer muito. O que sei é que o Ministério da Educação fez uma recomendação para os agrupamentos e isso é uma competência única e exclusiva dos senhores diretores dos agrupamentos. E, portanto, os senhores diretores, está aqui uma senhora Diretora que pode confirmar ou não isto que eu estou a dizer, se entenderem que devem restringir a utilização dos telemóveis nas escolas, poderão fazê-lo. Não temos muito a ver com isso e, como disse, houve uma recomendação e é um trabalho do Ministério da Educação. -----

- Senhora deputada Ângela Marques fala-me aqui na questão da zona industrial da Freixianda. É um assunto que eu pensei que não voltasse a ele, porque já aqui foi suficientemente debatido e não queria estar aqui a falar outra vez sobre este assunto. -----

O que lhe posso dizer é aquilo que já tive a oportunidade de dizer também à senhora Vereadora Cília Seixo, numa reunião de Câmara, exatamente a mesma coisa. Este era um projeto que era falado de quatro em quatro anos. E, para o ano, vai haver campanha outra vez, e se ela não tivesse feita, lá íamos falar outra vez na zona industrial da Freixianda, que tinha que ser feita, e que tinha que ser feita. Obviamente, que as pessoas estavam cansadas de ouvir falar constantemente na zona industrial da Freixianda. E nós, pensando nós que bem, porque todos os partidos políticos sempre falaram na zona industrial da Freixianda, avançámos para um projeto. E não fomos fazer mais estudos, porque os estudos estavam todos mais do que feitos. Se fossemos a fazer estudos, como os senhores vereadores no mandato anterior sugeriram que fossem feitos, se calhar ainda hoje não tínhamos obra e, se calhar, não tínhamos tido financiamento para a obra porque tínhamos que fazer mais um estudo à boa maneira socialista. Estudos, comissões para ir adiando para a frente, como é habitual, com todos os problemas. Nós entendemos que não, que deveríamos avançar para este projeto, e foi isso que fizemos. -----

Dizer que houve especulação imobiliária a um preço fixo de 4euros para todos os proprietários, senhor deputado, desculpe que lhe diga, é ridículo. O que é que hão de dizer as pessoas que



estiveram aqui há pouco, os Bombeiros de Fátima, que venderam, que compraram não sei quantos terrenos, a vários preços, uns a três, uns a cinco, uns a dez, outros a 15. -----

Senhor Deputado, os senhores estiveram aqui oito anos na Câmara Municipal e não conseguiram resolver o problema e, já há oito anos atrás, falavam na zona industrial da Freixianda. Há oito não, há já 16 anos atrás falavam e não conseguiram resolver o problema. É que nem sequer terrenos conseguiram comprar, é que nem isso conseguiram fazer. E, portanto, nós tivemos a coragem de fazer a zona industrial da Freixianda. Por isso é que hoje não me admiro como é que os senhores não conseguiram ter candidatos na Freixianda e estão sujeitos a que não tenham outra vez. -----

Gostaria ainda de dizer que o investimento total na zona industrial da Freixianda deve estar muito próximo, incluindo os terrenos dos 5,5 milhões €. Sensivelmente tivemos de fundos comunitários cerca de 3,7 milhões € que, se não viessem para o concelho de Ourém, iriam para outro lado, porque havia concelhos que ficaram de fora com estes investimentos, porque não tiveram acesso aos mesmos. Iremos ter seguramente entre os 700 e os 750.000 € de receita de vendas de terrenos e, portanto, já estamos aqui a falar em 4,5 milhões €. Se acrescentarmos a isto as taxas que as empresas irão pagar pela construção, os IMI, os IMT, parece-me que não é mau negócio termos uma zona industrial na Freixianda por menos de 1 milhão €. Se o Partido Socialista, no tempo que aqui esteve, tivesse conseguido fazer um negócio, ter feito uma zona industrial na Freixianda com 1 milhão €, eu era o primeiro a bater palmas. Portanto, senhor deputado, eu acho que ridículo é aquilo que aqui ainda vimos falando sobre a zona industrial da Freixianda. -----

Mas, deixe-me dizer-lhe mais uma coisa. Voltando à questão da alienação dos lotes, lançámos uma primeira fase de venda de lotes, 19 lotes, e estamos em vias de adjudicar 8. Numa primeira fase, parece-me que é bastante aceitável. Iremos lançar uma segunda fase, ainda este ano, e temos a expectativa que, pelo menos, mais 3, 4 ou 5 também possam ser vendidos. E, se isso acontecer, os nossos objetivos iniciais estão plenamente atingidos. -----

Dizer que é verdade que as pessoas que compraram lotes são pessoas do nosso concelho. São pessoas que querem evoluir, que querem ampliar as suas instalações e que não o podem fazer nos locais onde estão hoje, e têm todo o direito de o poder fazer no nosso concelho, sob



pena de poderem ter que ir para concelhos vizinhos, como infelizmente, no passado, já aconteceu. E temos, nem um, nem dois, nem três, nem quatro, casos disso acontecer no nosso concelho e todos nós os conhecemos e não queremos que isso volte a acontecer. É por isso que estão ali ainda 11 lotes disponíveis para as pessoas, sejam do nosso concelho ou não, que possam ali investir e ali criar riqueza e ali criar postos de trabalho. Por isso, senhor Deputado, é este o ponto de situação, neste momento, da zona industrial da Freixianda. -----

- Senhor deputado Victor Santos, penso já respondi. -----

- Senhor Presidente de Junta, Orlando Cavaco. Em relação aos incêndios. Ainda é muito cedo para fazer balanços, porque, recordo que em 2017, os grandes incêndios no concelho de Ourém ocorreram em outubro e, portanto, tudo o que possa ainda vir a acontecer nós não conseguimos adivinhar. O que lhe posso dizer é que, até ao momento, como tive a oportunidade de dizer na minha intervenção inicial, tivemos cerca de 80 ignições registadas no nosso concelho. Infelizmente, mais uma vez, muitas delas intencionais. Temos cerca de 135 hectares de área ardida, o que não deixa de ser um número significativo. Fica muito longe daquilo que aconteceu o ano passado, arderam cerca de 1000 hectares e há dois anos, cerca de mais de 5000 hectares. Por isso, neste momento, o que posso dizer é que estamos longe do balanço final, mas que a resposta que tem sido dada pelos nossos bombeiros, pela Proteção Civil Nacional, através dos meios aéreos, tem sido muito robusta, muito musculada e isso, felizmente, tem evitado que outras situações mais graves tivessem acontecido este ano. -----

É o que posso dizer, neste momento, mas ainda muito longe do balanço final, porque ainda temos o mês de outubro que poderá ser problemático. -----

Coloca-me uma questão dos LEDs, uma questão interessante e importante. Neste momento, temos já ou iremos ter, até ao final deste ano, cerca de 15.000 LED's instalados no nosso concelho. Cerca de 70% do nosso concelho ficará totalmente coberto com iluminação LED. Nós temos cerca de 24.000 luminárias no concelho, ficaremos com 15.000 LED's e, até ao final de 2027, a perspetiva é que tenhamos 100% do concelho, todo ele com iluminação LED. Estamos a caminhar devagar, a caminhar aos poucos, mas penso que já não faltará muito. Coloca-me a questão do saneamento. Como se sabe, é uma velha ambição da Junta de Freguesia e também nossa. O que lhe posso dizer é que já se lançou o concurso.



Curiosamente, hoje mesmo, foram abertas as propostas. Uma proposta, no valor base de cerca de 1.750.000 € e o valor base da proposta mais baixa cerca de 1.350.000 €. Está a decorrer um aviso no âmbito da CCDR Centro do Portugal 2030. Nós iremos apresentar uma candidatura e, caso a nossa candidatura seja aprovada, obviamente que a obra irá iniciar-se, talvez no início do próximo ano. Há aqui este fator ainda porque, como lhe disse, teremos que ter um financiamento garantido. Não o temos ainda. Ele está aberto, iremos apresentar a candidatura. Temos esperança de que ele possa ter sucesso e então depois começar a obra. Porque este aviso? Este concurso tinha precisamente uma cláusula que diz que ele só pode avançar desde que haja fundos comunitários associados ao mesmo. É este o ponto de situação. -----

Aproveitando o momento, também para lhe dizer que, ao mesmo tempo, também foi aberto, hoje, um outro concurso para saneamento em alta, porque as redes de Urqueira terão que drenar para algum lado, senão faríamos as redes e depois não tínhamos emissário para levar até às ETARs. Foi aberto um procedimento de uma empreitada em alta que irá servir toda a zona industrial, irá atravessar toda a zona da Ribeira da Conceição, que também irá servir para a zona industrial, melhorar o saneamento da zona industrial, servir este projeto de Urqueira e também irá servir o Olival e a Aldeia Nova no futuro, porque sem este emissário, nada disso seria possível. E, portanto, também dizer que foi aberto um investimento também de cerca de 1.250.000 €. -----

- Senhor Deputado Nuno Baptista, coloca me aqui duas questões, que tinha colocado formalmente à Câmara Municipal sobre o TUFO e sobre o TMO. Obviamente, que ninguém pode estar satisfeito com os números que o TUFO apresenta, sou o primeiro a reconhecer isso. Agora também todos temos que ter a noção de que é um projeto interessante, é um projeto importante. E que estes projetos não se consolidam de um dia para o outro. Entendemos que devemos continuar a investir, devemos continuar a melhorar e iremos, muito brevemente, colocar informação adicional nos locais de paragem, com os horários de passagem em cada local, onde é que as viaturas passam, a que horas passam, porque nos parece que poderá também melhorar a utilização do TUFO. -----



Como sabe, todos os utilizadores que têm passe mensal poderão utilizar gratuitamente este meio de transporte, também possivelmente não suficientemente divulgado, o que iremos também procurar fazer melhor, porque neste momento, parece-nos que o que falta é uma melhor divulgação de todo este projeto. -----

Como lhe disse, trata-se de um investimento grande, também financiado, em grande parte pelo Fundo Ambiental, mas que pode e deve ser melhorado no futuro, porque os números são efetivamente baixos para aquilo que nós gostaríamos que fossem, já neste momento. -----

Em relação ao prémio, superior aos 600.000 € que falou, temos que retirar a parte da receita, portanto o valor será cerca de 600.000 €, o valor que o prémio custa anualmente à Câmara Municipal. E aqui coloca-se a questão, o que queremos ter. Fizemos ali um investimento de cerca de 3 milhões €, ou queremos ter uma programação cultural que efetivamente possa ser diferente daquilo a que estávamos habituados, podendo captar públicos diferentes para não serem sempre os mesmos a verem aquilo que ali vamos tendo, ou ficávamos como estávamos. A opção do nosso município, do nosso executivo foi clara. Tínhamos que dar o salto e hoje, felizmente, o concelho da Ourém é visto como sendo um município em que a atividade cultural é suficientemente reconhecida, não só a nível local, não por todos, mas por quase todos. -----

E eu sei bem de onde é que vêm as suas dúvidas. Só fazer as contas. Um mais um igual a dois, até porque nem disfarçou muito da forma como fez as perguntas. E. digo-lhe mais, é aqui dentro da Câmara Municipal. -----

Dizer ainda que o valor que nós gastamos, cerca de 600.000 €, como disse, representa menos de 1% do valor do orçamento municipal, portanto, acho que é um esforço mínimo para aquilo que temos vindo a proporcionar a todos os ourenses. É um esforço que acho que vale a pena. E todos devíamos estar aqui hoje, orgulhosos daquilo que temos no concelho de Ourém. -----

Para terminar, dizer-lhe que o TMO é gerido de dentro para fora, não sei como era no passado, mas hoje é assim. E, enquanto eu aqui estiver, será assim até ao fim. Que isso fique bem claro aqui nesta Assembleia, para que não haja quaisquer dúvidas sobre isso. -----

- Senhor Presidente de Junta, Luís Sousa, falou-me na USF tipo C, penso que já respondi. -----

Em relação ao edifício da antiga rodoviária, efetivamente é ainda um problema que temos para resolver na cidade. Temos resolvido alguns, há muitos ainda para resolver. Temos plena



consciência disto e este é talvez um dos principais problemas que temos na cidade, porque temos um edifício que está situado bem no centro da cidade, que podia estar bem aproveitado e que hoje, isso não acontece. Como disse e bem, nós temos um projeto para ali implementar uma Loja do Cidadão. Temos feito diversos projetos para a Loja do Cidadão porque ela foi alterando a tipologia, mas hoje temos o projeto estabilizado. Hoje mesmo, estive em Lisboa a assinar o protocolo de financiamento para uma nova Loja do Cidadão, no concelho de Ourém. Neste caso, neste local, um financiamento de cerca de 1.100.000 €. Portanto, temos hoje condições para, penso que ainda este ano ou o máximo, no início do próximo ano, lançar um concurso público para requalificar todo aquele edifício e ali instalar uma Loja do Cidadão, onde irão funcionar os serviços das Finanças, os serviços da Segurança Social e também do IRN que, à última da hora, também manifestou interesse em ir para aquele local. Isso, além de outros serviços que eventualmente possam ali querer instalar-se. Acho que vamos ter finalmente condições para requalificar, não só aquele espaço, mas toda aquela zona, porque o edifício em si ficará adstrito à Loja do Cidadão. O espaço confinante irá ter um lugar para estacionamento coberto para cerca de 60 viaturas e cais terminal da rodoviária para cargas e descargas de passageiros e mercadorias. -----

Em relação à questão da videovigilância, também é um assunto importante. Tivemos uma primeira reunião com a PSP onde manifestámos a nossa preocupação. Felizmente, e pelo que é conhecido, a cidade de Ourém não tem tido ainda grandes problemas ao nível de sinistralidade, vai tendo algumas coisas pontuais que felizmente vamos acompanhando e vamos resolvendo. Mas, estamos preocupados também com aquilo que possa vir no futuro, e tivemos uma primeira reunião com a PSP. A PSP esteve com o senhor Vereador Humberto Antunes e com os nossos serviços, visitaram toda a cidade e identificaram os locais onde se entende que devemos ter câmaras de videovigilância e estamos agora a aguardar que a PSP nos envie um protocolo a celebrar com essa entidade, para que possamos depois avançar para a aquisição, porque o investimento vai ser todo do município, são 14 câmaras de videovigilância para instalar na nossa cidade. -----

De seguida, também iremos fazer o mesmo com a GNR. É verdade que, em Fátima já há algumas câmaras de videovigilância que já estão a funcionar, mas queremos também alargar o



âmbito dessas câmaras de videovigilância e iremos também muito, muito brevemente agendar uma reunião com o GNR para procurar implementar mais câmaras de videovigilância em Fátima. -----

Muito obrigado.” -----

----- Aberto um segundo momento de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “La Vuelta. Que fique bem claro que eu não estou contra a iniciativa. Não é nada disso que está aqui em causa. -----

Eu valorizei, desde logo, aquilo que a Câmara promoveu. Agora, é facto que a Câmara, como é evidente, não tem culpa nenhuma que os senhores empresários oureenses tivessem se demitido de ganhar alguma coisa a mais. É facto que não havia praticamente nada em Ourém e estamos a falar de 50.000 pessoas, ao que julgo, que queriam onde pudessem almoçar. -----

Eu conheço várias pessoas que foram abordadas por pessoas que vieram atrás dos ciclistas, vamos dizer assim, que não tinham onde comer. Mas isso é uma responsabilidade da iniciativa privada, como é evidente. Não tem nada a ver com a Câmara Municipal. -----

A segunda questão é o foco, a questão da transmissão para além-fronteiras, devo dizer que era importante para Ourém por causa da projeção internacional. Aquilo que eu ponho em causa, e segundo sei e estou a dizer, sem qualquer dúvida, é que assim que os ciclistas chegaram, o Eurosport, que julgo que era o canal televisivo que tinha o direito exclusivo de transmissão, cortou imediatamente a emissão para passar a chegada da Volta a França. er. Não estamos a falar da RTP, atenção! A RTP fez a projeção do nosso concelho, certamente a nível nacional e através da RTP Internacional. A verdade é que não houve, como é habitual, quando há chegadas às cidades, as entrevistas. Eu gostava de ter visto no Eurosport uma entrevista do senhor presidente da Câmara e não apareceu, o que é habitual noutras cidades. Portanto, é verdade e é facto que uma 1H mais tarde na chegada a Ourém prejudicou, e muito, o nosso concelho, nomeadamente a projeção internacional que poderia ter. -----

Muito obrigado” -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “O senhor Presidente Câmara comparou preços do terreno em Fátima, da zona urbana de Fátima, com preço de terrenos na Freixianda. Compara a pouca diferença. -----

Falar em 3.500.000 € vindos da União Europeia, como se não fosse importante gastá-los bem ou não, desde que viessem, gastemos porque vêm. Não é importante gastar bem ou mal, seja que tipo de projeto, não consigo conceber este tipo de discursos. Não consigo mesmo. Acho que é um discurso pequenino. -----

Segunda questão, em relação ao TUFO. Obviamente que, como eu lhe disse, imaginei que não estivesse contente. A questão de dar mais informação às pessoas é relevante, quanto mais informadas, quanto mais informação disponível, mais certamente irão utilizar. -----

Pergunto se não faria sentido voltar àquilo que alguns concelhos fizeram e nós fizemos no princípio, ou seja, ao transporte gratuito para as pessoas se habituarem. -----

Em relação ao tema TUFO. Gosto de o ver assim, emotivo. Primeira questão, não culpe nenhum dos seus funcionários que não. O senhor presidente não procura sítios onde seja contestado, onde as pessoas lhe dizem o que acham mal. Muitas vezes nós trazemos aqui as coisas que as pessoas nos vão dizendo e nos vão informando. E, não será novidade para si que a questão da gestão da entidade que gere também o TMO, ser contestada e não por pessoas daqui de dentro. Portanto, espero mesmo que não culpe ninguém, porque esta caça às bruxas não faz sentido absolutamente nenhum e é quase bullying profissional. -----

A segunda questão, de tão nervoso que ficou, não me respondeu a nenhuma das minhas duas perguntas em relação aos dados. Se pudesse, agradecia. Eu não me importo de as repetir. Fui concreto, mas faço com gosto. -----

Não sei se teve dificuldade em ler isto, por isso perguntei. Perguntei se o valor que vem aqui, neste mini mapa de cache e receitas, o valor de encargos com a entidade, a que é que diz respeito, estamos a falar de 24.000 €. E, se nos encargos com funcionários estão os encargos de gestão, porque se não estiverem, faltam aqui valores.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Só mais um esclarecimento, uma ideia, digamos assim. -----



Relativamente aos transportes urbanos, o TUFO. A minha ideia era, além dos trajetos que já existem, poder alargar mais os trajetos. Poder alargar, por exemplo, até às pegadas dos dinossauros, que é um ponto turístico do concelho. E no verão, fazer trajetos para o Agroal, porque é sempre tão complicado ali o estacionamento. Se fizerem algumas viagens ao Agroal é uma forma também de aproveitar estes transportes, além do facto de também serem gratuitos. Mas, há aqui vários pontos turísticos no concelho e se puder adaptá-los aos transportes acho que seria uma boa ideia. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor deputado João Pereira. Em relação a La Vuelta, não vale a pena dizer mais nada. Está tudo esclarecido e, portanto, nunca ninguém pôs em causa que o senhor deputado João Pereira fosse favorável, tanto que aqui já teve outras oportunidades para se pronunciar, nunca o fez, portanto, aceitamos e acredito que tivesse sido favorável a esta iniciativa que tivemos. Acho que não há muito mais a acrescentar. -----

- Senhor Deputado Nuno Baptista. O que eu quis dizer, quando falei da especulação imobiliária, foi que, na Freixianda, todos os terrenos foram comprados a 4 € o metro quadrado. Todos eles, todos ao mesmo preço. Foi feita uma avaliação por um perito de 5 € e meio e foram comprados a 4 €. Se quiser, posso-lhe fazer chegar essa avaliação. -----

O que eu quis comparar foi que, em Fátima, e também percebo perfeitamente Fátima e todos conhecemos o Mercado de Fátima, o que eu quis dizer é que, em Fátima, e não estou a dizer que está mal, foi a forma que conseguiram comprar os terrenos, porque todos sabemos que não é fácil comprar terrenos em Fátima. Uns a sete, outros a dez, outros a 20, outros a 30, mas compraram-se, estão comprados. O que eu quis dizer foi, como é que diz que houve especulação imobiliária a 4 €, e os terrenos foram todos ao mesmo preço, e não diz o mesmo em relação aos terrenos de Fátima. Foi só isso que eu quis dizer. Mais nada, absolutamente mais nada. -----

Depois, em relação à zona industrial da Freixianda, onde o senhor deputado diz que, o que eu aqui disse hoje, foi um discurso pequenino. Discurso pequenino, foi aquilo que os senhores não conseguiram fazer em oito anos e que, se continuasse na Câmara, ainda hoje não tínhamos



zona industrial por aquilo que aqui hoje ouvimos. Portanto, o discurso pequenino é o vosso que não conseguiram resolver a questão das pessoas. -----

Os fundos comunitários. Já aqui disse que, se eles não fossem atribuídos ao concelho de Ourém, iriam ser atribuídos a outro concelho, portanto nós tivemos acesso, tivemos a possibilidade de ter cerca de 3,7 milhões € fundos comunitários e aproveitámos. Penso que ninguém poderá estar chateado com isso. -----

Em relação ao TUFO. O senhor deputado fez uma primeira pergunta na primeira fase e eu respondi-lhe com a gratuidade. Falei que havia gratuidade e que isso devia ser mais divulgado, disse na minha primeira intervenção. -----

Em relação ao TMO, há sempre contestação. Quem toma decisões há sempre contestação e, portanto, ou vamos por ali ou vamos por aqui. Nós fomos por aqui. Contestem. As regras são estas e são estas com que todos temos que conviver. É isso que queremos, porque achamos que estamos no caminho certo. -----

Dizer-lhe também, há pouco, não lhe disse que os números que foram dados do TMO referem-se também a funcionários, despesas, deslocações, aquisição de serviços. Também a tudo aquilo que fazemos no Castelo, este ano, os fins de tarde na Vila Medieval, toda a atividade cultural que fazemos no Castelo está aqui incluída. Toda a atividade cultural que fazemos no Museu Municipal de Ourém está aqui incluída. Toda a atividade que fazemos na Biblioteca Municipal está aqui incluída. Toda a atividade educativa, e nem imaginam, porque também não têm que imaginar, porque não conhecem. Não estou a criticar isso que fazemos junto das escolas, com sessões mensais junto das diversas escolas, também está aqui incluída. Portanto, se formos a ver, se calhar o valor que aqui está não é assim tão alto como isso.

Num total de cerca de 900.000 € de despesa que está aqui associada, está a colocar-me uma questão de 24.000 € que não sei o que é. Tem aqui encargos da entidade, 24.804, não sei o que é. -----

A segunda questão, que tem a ver com os funcionários, os 104.000 € tem a ver com a Ana Marta, com o Filipe Luís, com o Ivo Melo, com o Paulo Oliveira, com o Pedro Marão, com a Sílvia Conceição e com o Sérgio Francisco. São estes 101.000 €. Portanto, são estes que aqui estão.” -----



- Senhora deputada Helena Pereira colocou duas questões, uma sobre o TUFO e mais trajetos. Eu recorro que o UFO é um projeto de mobilidade urbana, portanto não é para fora e já estamos a levar o TUFO de Ourém à zona industrial. Mas isto é um projeto de mobilidade urbana e foi para isso que as viaturas foram adquiridas. -----

Não escondo que temos uma candidatura para adquirir mais duas viaturas que, se for considerada, até pode ser que consigamos alargar a mais circuitos. Agora, só com dois autocarros é manifestamente pouco para podermos alargar. -----

Em relação ao Agroal, dizer que, este ano, durante o verão, já tivemos transporte gratuito desde Formigas até ao Agroal e que as pessoas que assim o entenderam puderam aproveitar essa situação. -----

Muito obrigado” -----

----- Ausentaram-se da sala de reuniões, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

02.04 – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a matéria já esteve em debate na última sessão da AMO, sublinhando uma breve nota no ponto 2, do artigo 72.º do Regimento da AMO: onde se lê “...sendo assinadas após a aprovação pelo Presidente e por quem as lavrou.”, passaria a ler-se apenas “... sendo assinadas após a aprovação pelo Presidente.”. -----

----- Face ao exposto, procedeu-se às seguintes correções ao Regimento da AMO: -----

A redação do artigo 72.º, passaria a ser a seguinte: -----

----- (...) -----



2. As atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador dos serviços de apoio à assembleia, sob a superintendência dos secretários da mesa, e são postas à aprovação de todos os membros da assembleia no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente. -----

3. As atas ou o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente. -----

----- Foram ainda tidas em conta as sugestões de melhoria do Regimento, apresentadas na sessão de 29 de junho 2024. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 29 PRESENCAS.** -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 84510** datado de **2024.09.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da versão final da segunda revisão do “Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém”, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 06 de maio de 2024, a Câmara deliberou submeter a proposta de revisão do regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 104, do **Diário da República**, no dia 29 de maio de 2024, a referida proposta de revisão de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 15 de julho transato. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação registada sob o n.º 78.424/2024, do **Setor de Património**, a remeter a versão final da segunda revisão do regulamento em assunto, considerando os vários contributos apresentados. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 84534** datado de **2024.09.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da



versão final da segunda revisão do “Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação” –
versão final. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a
todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 06 de maio de 2024, a
Câmara deliberou submeter a proposta de revisão do regulamento indicado em epígrafe a
discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º,
do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 104, do **Diário da República**, no dia 29 de maio de 2024, a
referida proposta de revisão de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 15 de
julho último. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação
registada sob o n.º 82.043/2024, da **Chefe do Serviço de Apoio Urbanístico**, a remeter a
versão final de segunda revisão do regulamento em assunto, considerando os vários
contributos apresentados e aceites. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção
por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 31 PRESENÇAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Ausentou-se da sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Luís Alexandre Serras de Sousa -----



02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DO CENTRO INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE ANIMAIS ERRANTES – PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 67629** datado de **2024.07.19**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.15, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a celebração do contrato, em assunto, termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada para aprovação, a minuta de contrato-programa a celebrar com a **Associação de Municípios para a gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes**, remetida pelo **Município de Proença-a-Nova** (através da carta registada sob o n.º 46.555/2024), na qualidade de representante dos Municípios que integram a referida associação, com o objetivo de definir a atribuição, por parte deste Município, de um apoio financeiro até ao limite de 12.500,00€, para o corrente ano, conforme se especifica: -----

- **7.500,00€**, como comparticipação nas despesas de funcionamento daquele centro intermunicipal; -----

- **5.000,00€**, como comparticipação nas despesas de investimento. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 02 de julho em curso, a referir que a citada despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS. -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ILUMINAÇÃO DE NATAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO-TIPO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 84540** datado de **2024.09.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente as Freguesias, através da celebração de protocolo-tipo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do assunto supramencionado, foi apresentada a informação registada sob o n.º 75.118/2024, do **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, que se passa a transcrever: “Com o aproximar da época natalícia e porque tem sido aposta cada vez mais forte do Município de Ourém criar as devidas condições para que os ourienses possam viver o Natal intensamente, propõe-se a celebração de protocolos de apoio financeiro com 11 das 13 Juntas de Freguesia do concelho, excluindo Fátima e Ourém, uma vez que a iluminação das duas cidades ficará sob a responsabilidade do Município de Ourém. -----

---- Propõe-se, assim, a atribuição de um apoio no valor de 1000 €, para que as autarquias possam colocar iluminação de Natal nas ruas das suas freguesias de modo a que, desta forma, todo o concelho e todos os ourienses possam usufruir da beleza que as luzes conferem às ruas dos lugares da nossa terra. -----

---- À consideração superior.”. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 11 de setembro em curso, a dar conta de que a despesa



emergente dos apoios a atribuir dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- O processo encontra-se ainda instruído com a minuta de protocolo-tipo, elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, para análise e aprovação -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Colegas, -----

Público. -----

Em nome de todos os meus colegas Presidentes de Junta venho elogiar e agradecer a decisão da Câmara Municipal em apoiar na iluminação de Natal. -----

A freguesia é a autarquia local mais próxima das pessoas, merecedora de igualdade no acesso a bens e serviços públicos, e este Protocolo vai permitir, assim, que a magia e o brilho do Natal não fiquem apenas nas grandes cidades e se espalhem por todo o concelho. -----

Obrigado!” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, 29 VOTOS A FAVOR; 01 ABSTENÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD – 30 PRESENÇAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----



02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 74036** datado de **2024.08.09**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.05, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a apoiar financeiramente a União das Freguesias de Matas e Cercal, através da celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 40.620-A/2024, a celebrar com a **União das Freguesias de Matas e Cercal**, sediada na Rua 1.º de Janeiro, n.º 489, em Matas, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 18.257,14€, os encargos decorrentes da instalação de iluminação no Campo de Jogos de Matas. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 09 do mês findo, a dar conta de que a despesa emergente do apoio a atribuir dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, Presidente da União das Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Boa noite -----

Cumprimento todas os presentes em nome da União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

Quero agradecer ao Sr Presidente da Câmara bem como ao seu Executivo por ser possível este protocolo da Iluminação do Campo de Jogos das Matas. Como é do conhecimento de todos, quando este projeto teve início ficou acordado que o mesmo iria ser feito por fases. -----



Assim, após o primeiro protocolo para a construção do espaço para jogos, temos hoje o segundo protocolo que contempla a iluminação do mesmo, que vem ao encontro da necessidade quando utilizado à noite. -----

Sr Presidente da Câmara, muito obrigada por mais esta ajuda.” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Luís Alexandre Serras de Sousa -----

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 74039**, datado de **2024.08.09**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.05, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a celebração do contrato de comodato com a Freguesia de Caxarias, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Considerando que se encontram em fase de conclusão as obras de construção do Edifício Multiusos de Caxarias, sito no n.º 59, na Rua Casa do Povo, na Vila de Caxarias, deste Concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2376 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2982, o **Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde**, através da sua informação registada sob o n.º 63.376/2024, propôs a celebração de um contrato de comodato com a **Freguesia de Caxarias**,



sedeada na Rua dos Combatentes, n.º 202, também em Caxarias, com vista à cedência gratuita de uma das frações, para instalação da sua sede, por um período de 25 anos. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 08 de julho findo, do **Setor de Património**, a anexar texto de contrato de comodato a celebrar com aquela Autarquia. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa e o Executivo Municipal; -----

Colegas Presidentes de Junta e restantes membros da Assembleia; -----

E quem nos ouve em casa através dos meios digitais. -----

Em nome da Junta de Freguesia de Caxias, venho agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este contrato de comodato. É o início de uma prioridade que já existe há algum tempo, para melhorar as condições da prestação de serviços da Junta de Freguesia. -----

A maioria das pessoas poderão não conhecer, mas neste momento, prestamos esses serviços em condições que, nos dias de hoje, já não nos parecem aceitáveis, nomeadamente, a fraca qualidade dessas instalações e, até mesmo, diria não cumpre de certeza alguns requisitos que são legalmente necessários. -----

Portanto, deixo aqui o meu agradecimento em nome da Junta de Freguesia e, de certeza, da população de Caxarias. -----

Estamos ansiosos por esta mudança, porque precisamos de ampliar um pouco a nossa prestação de serviços e estas instalações vão permitir, certamente, essa ampliação e essa melhoria na qualidade da prestação de serviço. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Ausentou-se da sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Humberto António Figueira da Silva -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 67638** datado de **2024.07.19**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.15, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a celebração de adenda ao protocolo com a Freguesia de Fátima, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 16 de novembro de 2023, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 463.230,02€, os encargos decorrentes da 2.ª fase das obras de requalificação do edifício da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Travessa do Cruzeiro, n.º 2, em Lombo d’Égua, daquela freguesia. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a minuta de adenda ao protocolo registada sob o n.º 41.244-A/2024, elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que consiste na alteração ao cronograma financeiro a que se refere a Cláusula 3.ª do citado protocolo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Humberto António Figueira da Silva -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I.P. – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 84591** datado de **2024.09.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.16, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a celebração do protocolo em assunto, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 68.892/2024, a **Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA)**, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 20, em Lisboa, remeteu proposta de texto de protocolo a celebrar com a Estrutura de Missão para a Recuperação dos Processos Pendentes na AIMA e com este Município, com o objetivo de definir os termos e as condições de colaboração, visando a realização, por parte desta Autarquia, de tarefas de atendimento presencial, no âmbito dos procedimentos administrativos da competência da AIMA, válido até 31 de maio de 2025. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde** prestou a informação registada sob o n.º 71.978/2024, a concluir conforme se passa a transcrever: “(...)

Conclusão-----



---- Não obstante as dificuldades identificadas, parece-nos que a abertura de uma Loja AIMA poderá ser um serviço importante uma vez que vai estar ao serviço de um desígnio nacional que é o de normalizar a entrada, acolhimento e integração de pessoas com nacionalidade estrangeira. -----

---- Pela a experiência adquirida ao longo dos últimos anos no acolhimento e integração de refugiados e migrantes oriundos dos mais variados países será importante acrescentar que esta tipologia de atendimento é semelhante ao atendimento administrativo realizado pelo extinto SEF.-----

---- **Julgamos que será necessário para o efeito a contratação de um assistente técnico ou técnico superior com facilidade ao nível do relacionamento interpessoal e domínio de Inglês. Sugerimos que o trabalho a efetuar deverá ser no Centro de Negócios uma vez que se encontra junto do atendimento da equipa do CLAIM e do SASS (...).**-----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido igualmente sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 10 de setembro em curso, que seguidamente se reproduz na íntegra: “Observando as obrigações do município estabelecidas na cláusula 2.º, não se verifica qualquer despesa quantificada imediata direta a assumir.-----

---- Nos termos do contrato, salienta-se a necessidade de se disponibilizar instalações físicas necessárias ao atendimento (com locais e horários não definidos na minuta de contrato em análise), assumindo a autarquia a manutenção, a conservação, condições de segurança, salubridade e conforto. Terá também o Município de Ourém garantir recursos humanos tendo em vista assegurar o número mínimo de atendimentos diários (20 por cada posto de atendimento - média mensal por cada dia útil).-----

---- Em contrapartida o MO terá uma compensação de 7,5 euros por cada atendimento (caso seja assegurado o atendimento mínimo (se considerados 20 atendimentos dias em 22 dias úteis por mês, resultará numa receita mensal de um posto de atendimento na ordem dos 3,3 mil euros).-----

---- Note-se que caso só sejam assegurados entre 50% e os 100% do número mínimo de atendimentos estabelecido, a receita por atendimento será de 5euros e não havendo lugar a



qualquer receita, caso o número de atendimento seja inferior a 50% do número mínimo estabelecido. -----

---- Face ao disposto, julga-se que deverão ficar definidas as subalíneas da alínea a) da cláusula 2.º (postos de atendimento/locais/horários), para que a entidade possa aprovar com real conhecimento todas as suas responsabilidades basilares). -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo - contrato com o Estado).” -

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte:

“Cumprimentos a todos. -----

Gostaria de pedir somente um esclarecimento. Esta loja vai responder aos processos desde o início da manifestação de interesse até à conclusão do processo, a todos os cidadãos que se dirijam a ela? -----

Esta loja terá funcionários da mesma AIMA ou são preparados alguns técnicos para fazer esse trabalho? -----

E se vai substituir o CLAIM, ou se vão complementar-se. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Aquilo que nós sabemos, e o protocolo que está à vossa disposição diz quais são as obrigações de ambas as partes, parece-me que iremos ter uma loja que irá ter as valências de uma qualquer loja que hoje funciona em Lisboa. -----

Os funcionários são funcionários municipais. Fizemos aqui alguns reajustamentos para que dois funcionários municipais pudessem ser, digamos, o “front office” desta loja, e que irão ter a formação adequada, estando apenas à espera que se assine este protocolo para dar a formação. A agência até já o queria ter feito, mas nós entendemos que antes do protocolo estar devidamente aprovado, que não deveria ser feito. -----

Esta loja irá funcionar no edifício municipal, no espaço empresa, um sítio com boa acessibilidade e irá complementar a loja do Duque. -----



Pareceu-nos que seria interessante, temos muitos emigrantes na nossa região, podendo assim prestar mais este serviço à nossa população. -----

O protocolo diz mesmo que, por cada atendimento, a AIMA pagará um valor. Se o atendimento tiver sucesso, pagam um valor, se não tiver sucesso, pagam outro valor. -----

Pareceu-nos que poderíamos também aceitar este desafio. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – GRUPO CULTURAL, DESPORTIVO E RECREATIVO BAIRENSE – PROPOSTA DE PROTOCOLO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 80763** datado de **2024.09.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, decorrentes das obras de reabilitação do campo de futebol e respetiva iluminação, do Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense: -----

----- ANO 2024 – 1,00€; -----

----- ANO 2025 – 60.000,00€; -----

----- ANO 2026 – 60.000,00€; -----

----- ANO 2027 – 60.000,00€; -----

----- ANO 2028 – 60.000,00€; -----

----- ANO 2029 – 106.328,80€. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 43.460-A/2024, a celebrar com o **Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense**, sediado no Beco do Clube, n.º 140, na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 346.328,80€, os encargos decorrentes das obras de reabilitação do campo de futebol e respetiva iluminação, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 14 do mês findo, a dar conta de que a presente despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente e dispõe de fundos em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, obviamente vou votar favoravelmente a este ponto, como já votei noutros pontos semelhantes anteriores. Só que acho que chegámos ao ponto em que nós temos que balizar exatamente o que é que vamos apoiar. Ou seja, estamos a falar de um investimento e o senhor Presidente hoje disse 340, na reunião de preparação falou em 420. Portanto falemos em 40% da despesa. -----

Agora a questão mais relevante, do meu ponto de vista. Acho que estava na altura de fazer um regulamento da maneira como vamos apoiar. Estamos a falar de uma coletividade que é tão boa ou tão má como as outras. Obviamente, fazem um trabalho meritório, garantidamente, mas estamos a falar de uma coletividade que tem uma equipa no INATEL -----

Estamos a falar de um investimento que, em conjunto, o subsídio camarário, o valor que o Clube vai pagar e ainda o IVA que não inclui do valor que a Câmara subsidia, é



aproximadamente 1 milhão €. Obviamente que a responsabilidade maior é do Clube, mas o próprio município tem que ter linhas mestras para isso. Ou seja, pode dizer vai servir de apoio a outra coletividade que possa utilizar, mas isso não faz sentido, do meu ponto de vista. -----

Como há anos se fez, pavilhões aqui e ali, sem qualquer lógica, acho que estava na altura de limitarmos por exemplo o número de atletas mínimos que o Clube tem que ter para nós, para a Câmara, subsidiar um relvado sintético. O ponto que vem a seguir, mais à frente, dois sintéticos em Fátima, junto ao estádio, faz todo o sentido. Agora assim, estas coisas no meio do nada, ou seja, vai fazer-se um relvado para uma equipa que treina uma vez por semana e joga ao domingo de 15 em 15 dias.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Respondendo àquilo que aqui foi dito pelo senhor Deputado Nuno Baptista, dizer o seguinte: não tenho conhecimento, mas há hoje associações do nosso concelho, perto do Bairro, que estão a treinar em concelhos vizinhos, portanto este investimento será para o Bairro e será para outros clubes que, felizmente hoje, têm uma atividade muito forte e que irão, com certeza, necessitar também de utilizar este espaço. -----

Por exemplo, o executivo Socialista que aqui teve também apoiou o Seiça que tem também uma equipa INATEL, e, portanto, o princípio é o mesmo. O Seiça hoje tem uma equipa de INATEL, mas o seu campo de jogos está a ser utilizado pelo Atlético Ouriense duas ou três vezes por semana. -----

Penso que é importante que tenhamos, cada vez mais, espaços adequados no nosso concelho. E o Bairro merece a mesma consideração que mereceu o Seiça no passado, como o mereceu o Fátima, o Vasco da Gama, o Vilarense e o Caxarias no passado. -----

É verdade que não tem hoje camadas jovens, não tem hoje futebol de formação, mas se calhar também pode não o ter porque não tem condições adequadas para o efeito. Obviamente, temos a esperança de que também no Bairro, no futuro, possa haver também futebol de formação e que aquele campo de jogos possa também servir para outras associações no nosso concelho que, hoje, como lhe disse, estão ou estavam, este ano nem sei, mas o ano passado, estavam a utilizar instalações desportivas fora do nosso concelho, por manifesta insuficiência de oferta no concelho. -----



Muito obrigado.” -----

= **LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA**, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “Mais uma vez boa noite. -----

O senhor Presidente acabou por responder àquilo que eu queria dizer ao Deputado Nuno Baptista. -----

Aproveito só para agradecer, mais uma vez, à Câmara Municipal por mais esta obra. É uma obra importante tanto para o Grupo Desportivo como para toda a nossa Freguesia. -----

Muito obrigado pelo investimento.” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE OURÉM – CASAL DOS FRADES – FREGUESIA DE SEIÇA – OURÉM – AQUISIÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 74028** datado de **2024.08.09**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, decorrentes da matéria em epígrafe: --

----- ANO 2024 – 132.055,00€; -----

----- ANO 2025 – 132.055,00€; -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 20 de novembro de 2023, na presença da informação registada sob o n.º 76.571/2023, do **Chefe do Gabinete de Apoio**



à **Presidência**, a Câmara deliberou aprovar os termos das declarações de compromissos de compra e venda, a celebrar com os proprietários das parcelas necessárias à execução das obras de ampliação da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste Concelho. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com uma informação, datada de 30 do julho findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a salientar que a despesa de 132.055,00€ para 2024 e de 132.055,00€ para 2025, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora Piedade, expôs o seguinte: “Mais uma vez, boa noite. -----

Apesar de dizer Freguesia de Seiça e Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a ampliação é para o território Nossa Senhora da Piedade. -----

Gostaria, desde já, deixar uma palavra de planeamento futuro. Os instrumentos de planeamento serviram para projetar uma ampliação da zona de Casal dos Frades para a zona do Casal dos Crespos e, portanto, isso significa que também há aqui uma visão de futuro e nós, obviamente, ficamos satisfeitos com isso. -----

Também agradecer ao senhor Presidente a transparência que teve, porque a Junta de Freguesia também lá tinha um terreno e nós também deliberamos, em sede de Assembleia de Freguesia, a alienação dessa parcela e também fizemos esse esclarecimento junto da população para que o valor de futuro que temos aqui, para que possa haver este crescimento e esta ampliação desta zona industrial. -----

Muito obrigado.” -----



----- NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CAAPORTUGAL – ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DAS APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À ARQUEOLOGIA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 62416** datado de **2024.07.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, decorrentes da matéria em assunto: --

----- ANO 2024 – 6.300,00€; -----

----- ANO 2025 – 6.300,00€; -----

----- ANO 2026 – 6.300,00€; -----

----- ANO 2027 – 6.300,00€; -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da concretização do “Projeto de Investigação Arqueológica (Plurianual) MEDICE II”, que estuda o património do Concelho de Ourém, dentro do quadro cronológico da pré-história recente, através da realização de trabalhos arqueológicos, nomeadamente de escavação e prospeção de acordo com os objetivos do plano de trabalhos PIPA (Plano de Investigação Plurianual de Arqueologia), foi apreciada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 53.045-A/2024, a celebrar com a **CAAPORTUGAL – Associação para o Desenvolvimento das Aplicações Informáticas e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia**, sediada na Avenida Cândido Madureira, n.º



13, em Tomar, com o objetivo de definir as condições de colaboração mútua e a atribuição de um apoio financeiro, até ao montante de 25.200,00€, válido por quatro anos. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 do mês findo, a dar conta de que a despesa em assunto dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **ENGRÁCIA MARIA VIEIRA MARQUES CARRIÇO**, Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente desta Assembleia -----

O presente compromisso permitirá o desenvolvimento do Projeto MEDICI II - Este projeto reúne uma equipa internacional de especialistas em diversas áreas (arqueólogos, geógrafos, paleontólogos, antropólogos) e é liderado pela CAAPORTUGAL e pelo Instituto Politécnico de Tomar entre outras entidades. Com um caráter plurianual, o Medice II visa aprofundar o entendimento sobre os nossos antepassados do período pré-histórico, por meio de intervenções em diversos sítios arqueológicos. No dia 18 de maio houve a apresentação do Projeto Medici II à comunidade do Concelho de Ourém que decorreu na Junta de Freguesia de Alburitel. Segundo o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, esta apresentação “transbordou de entusiasmo e curiosidade para a apresentação do projeto de arqueologia Medice II – Memórias e Dinâmicas na Pré-História recente. Este evento, que contou com um público ávido por conhecimento, marcou o início de uma jornada fascinante pelo passado remoto da região.” -----

Entre os dias 15 a 26 Julho iniciaram os trabalhos arqueológicos que incidiram na “Anta do Azurrague” (monumento megalítico único no nosso Concelho) e na Gruta da Lapa (Lapa Furada). Nos dias 12 e 13 de Julho, a mesma equipa trabalhou a 100 metros de profundidade



no Algar da Malhada de Dentro na Freguesia de N. Sra. Das Misericórdias, procedendo à recolha de vários vestígios osteológicos. -----

Segundo, a arqueóloga Alexandra Figueiredo, coordenadora da intervenção, “o projeto Medici II pretende reconhecer comportamentos, cultos e rituais das comunidades da pré-história recente, que habitaram o território há cerca de seis mil anos, e ainda estudar comportamentos associados a crenças e à relação com a morte.” -----

Porque o presente projeto promete não apenas enriquecer o nosso conhecimento sobre a pré-história recente, mas também inspirar futuras gerações a valorizar e preservar o nosso património histórico, faço questão de congratular o Sr. Presidente por, mais uma vez, apoiar uma iniciativa que valoriza o nosso património histórico. -----

Muito obrigada!” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P129/2024 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DURANTE 24 MESES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE OURÉM (LOTE 1 – CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM / LOTE 2 – VÁRIOS POLOS / LOTE 3 – CENTRO SAÚDE DE FÁTIMA) – 43245/2024 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 74023** datado de **2024.08.09**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, decorrentes da matéria em assunto: --

----- LOTE 1 – CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM – 220.809,60€ (duzentos e vinte mil, oitocentos e nove euros e sessenta cêntimos): -----



- ANO 2024 – 36.801,60€; -----
- ANO 2025 – 110.404,80€; -----
- ANO 2026 – 73.603,20€. -----

----- LOTE 2 – VÁRIOS POLOS – 127.290,24€ (cento e vinte e sete mil, duzentos e noventa euros e vinte e quatro cêntimos): -----

- ANO 2024 – 21.215,04€; -----
- ANO 2025 – 63.645,12€; -----
- ANO 2026 – 42.430,08€. -----

----- LOTE 3 – CENTRO DE SAÚDE DE FÁTIMA – 150.994,80€ (cento e cinquenta mil, novecentos e noventa e quatro euros e oitenta cêntimos): -----

- ANO 2024 – 25.165,80€; -----
- ANO 2025 – 75.497,40€; -----
- ANO 2026 – 50.331,60€. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 43.245/2024, do **Setor de Património**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 19 de julho findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, por lotes, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base global de 405.768,00€ (Lote 1 – 179.520,00€, lote 2 – 103.488,00€ e lote 3 – 122.760,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 24 meses. Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em procedimento anterior da mesma natureza. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 23 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento



orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P133/2024 – REABILITAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DE FÁTIMA – FREGUESIA DE FÁTIMA (21834/2024- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 74035** datado de **2024.08.09**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção do montante de 363.796,24€, no ano de 2025, no âmbito do assunto em análise. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 21.834/2024, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, a anexar o projeto para efeitos do designado em epígrafe, no valor de 343.204,00€ + IVA e pelo prazo de execução de 45 dias, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, acompanhados da informação, datada de 30 de julho findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelos referidos preço base e prazo. Refere ainda, nos termos do n.º 3, do



artigo 47.º, do referido diploma legal, que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 31 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P140/2024 – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA EM VILAR DOS PRAZERES (47099/2024) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 79657**, datado de **2024.09.02**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção do montante de 235.933,32€, no ano de 2025, decorrentes do assunto em análise. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da informação registada sob o n.º 47.099/2024, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, a anexar o projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe (composto por memória descritiva



e justificativa, peças desenhadas, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, Plano de Segurança e Saúde, mapa de medições e estimativa orçamental no valor total de 222.578,60€ +IVA), foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, acompanhados da informação, datada de 07 do mês corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base acima referido e pelo prazo de execução de 120 dias e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço baseou-se em custos médios unitários de procedimentos anteriores semelhantes. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAR FARIA**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Muito boa noite, novamente -----

Não posso deixar passar este ponto sem enaltecer o apoio concedido pelo Município para a realização desta obra, num local efetivamente muito bem situado, e que vai agora fazer 20 anos, que foi aliás elevada a Vila. -----

É também com enorme satisfação que tenho vindo a verificar a alegria das pessoas ao ver a obra que vai efetivamente ali ser realizada. -----

Esperamos que tudo decorra dentro do expectável e que, em breve, consigamos/possamos ver alguma coisa já feita. -----

Obrigada.” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Ausentou-se da sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----



----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P229/2023 – ELABORAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DE DOIS CAMPOS DE FUTEBOL SINTÉTICO, BANCADA E BALNEÁRIOS AO COMPLEXO DESPORTIVO DE FÁTIMA (96665/2023) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 84589** datado de **2024.09.18**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, decorrentes do assunto em análise. ---

----- ANO 2024 – 1,00€ -----

----- ANO 2025 – 2.532.551,00€ -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 81.093/2024, da firma **JERFI – Projetos e Consultoria, Limitada**, sediada na Urbanização Pão Alvo, Lote 32, da União das Freguesias da Cidade de Santarém (Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau), do Concelho de Santarém, a remeter, para aprovação, o projeto de execução mencionado em título, composto por memória descritiva e justificativa, peças desenhadas e estimativa orçamental, no montante de 2.389.139,95€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e com o prazo de execução de 9 meses.

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Projetos Técnicos** prestou a informação n.º 72/2024, de 09 do mês em curso, a propor a aprovação do referido projeto, condicionado à entrega de documentação e à obtenção dos pareceres de entidades externas, que se encontram em falta. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Um dos grandes compromissos elaborados entre este Executivo Municipal e o Executivo da Junta de Freguesia, neste mandato para a freguesia de Fátima designava-se como “Projetar e iniciar a construção da cidade desportiva de Fátima” junto ao estádio municipal de Fátima - Papa Francisco. Hoje, enquanto presidente de Junta de Freguesia é com satisfação que verifico mais este investimento, aproveitando as infraestruturas já existentes, criando novas condições e valências, de modo a proporcionar mais oferta e qualidade na área do desporto, mas que também pode ser canalizada e aproveitada pelo segmento do turismo, combatendo alguma da sazonalidade verificada através da receção e organização de estágios durante todo o ano. -----

Aguardamos que este investimento possa ser o início do crescimento desta zona desportiva ao nível das infraestruturas, mas que também possa ajudar a elevar os méritos desportivos e o crescimento turístico e a média de noites na nossa rede hoteleira.” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 62456** datado de **2024.07.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.01, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos acima referenciados, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 58.054/2024, do **Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde**, que se passa a transcrever: “O Diagnóstico Social de Ourém revela um conjunto de problemáticas e vulnerabilidades que requerem uma abordagem multidimensional e integrada. -----

---- Em conjunto com a Carta Social Municipal (CSM) o Diagnóstico Social (DS) e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) são importantes instrumentos de planeamento que permitem identificar com clareza as principais áreas de intervenção necessárias para promover um PDS equilibrado e inclusivo no nosso concelho. -----

---- O DS assume-se como um instrumento de alcance mais vasto, com uma leitura mais alargada e uma visão mais estrutural quando comparado com o CSM. O DS assume duas abordagens uma de teor mais macro e outra mais específica/micro. Ambas consolidam a implementação de um PDS sólido onde se destacam, para já duas prioridades de intervenção as questões relacionadas com o envelhecimento e com o aumento significativo da imigração.

----- Desta forma remete-se para apreciação do Sr. Presidente e aprovação do órgão executivo o DS e PDS de Ourém 2024. Informa-se que estes são documentos estratégicos para a prossecução das atribuições do município que de acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2023 carecem de aprovação por parte da Assembleia Municipal. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- Do processo faz ainda parte a ata da reunião do Plenário do Conselho Local de Ação Social de Ourém (CLASO), realizada no dia 28 de junho findo, onde consta a aprovação do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social. -----

---- A **Senhora Vereadora Micaela Abrantes dos Santos Durão** tomou a palavra para fazer um breve enquadramento dos documentos em apreciação. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----



= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “Notei que, no caso da Carta Social de 2023 suponho, salvo erro, que os dados foram compilados tendo em conta a realidade de dois ou três anos atrasado. -----

A minha pergunta é se a Câmara tenciona, não é um documento que se faça todos os dias, nem pouco mais ou menos, mas se há a preocupação de ir atualizando esse documento, uma vez que a realidade vai mudando. -----

Obrigado” -----

----- Face ao esclarecimento solicitado, o Presidente da Câmara e a senhora Vereadora Micaela responderam que a Carta Social é um documento dinâmico que irá sendo atualizado. -

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, Grupo Municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Vem hoje a esta assembleia para aprovação o Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ourém -----

Desde o ano de 2017 até ao ano de 2024 o Serviço de ação Social e Saúde de Ourém passou de **7 para 15 técnicos** o que revela bem a preocupação deste executivo com a área social, e meus senhores, pasmem-se, é um executivo do PSD/CDS. -----

Para além de uma equipa técnica coesa e vasta, o município é hoje dotado de **instrumentos de planeamento** atualizados, importa referir que o último diagnóstico social do executivo anterior datava do ano 2011 e no período de governação anterior nunca foi atualizado. Hoje o município dispõe de um Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Carta Social Municipal e Plano Municipal para a Iguarde e Não Discriminação. -----

O trabalho da rede social tem sido amplamente valorizado sendo que no período em que este executivo entrou em funções foram celebrados 46 protocolos com um total de 24 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’S) num valor superior a 3 milhões de euros. Este financiamento abrange vários domínios: aquisição de viaturas, apoio à construção e reabilitação de infraestruturas, apoio a projetos e apoio na aquisição de equipamentos. -----

Ao nível das **repostas** o município foi um dos primeiros a integrar as competências de ação social sendo por diversas vezes mencionado como um exemplo não só distrital como nacional.

Para além das competências ao nível da ação social, onde passaram a integrar as respostas **Rendimento Social de Inserção e Atendimento Social** de primeira linha, o município passou



a integrar mais respostas desde de 20217. Falamos da implementação **do Projeto Radar Social** que já se encontra no terreno e servirá para georreferenciar as pessoas em vulnerabilidade social e em perigo de exclusão devido à pobreza, O **Projeto Ombro Amigo**, que apoia pessoas em isolamento social, o **Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes**, a **Rede Solidária do Medicamento – Cartão ABEM** e do **Núcleo de Garantia para a Infância**, que tem como objetivo o combate à Pobreza e exclusão social na infância. Salienta-se que neste último projeto Ourém é um dos 17 municípios pioneiros na implementação no terreno. -----

Para além do aumento significativo de técnicos e respostas, será importante não esquecer o profundo impacto que a pandemia e a guerra da Ucrânia tiveram no normal funcionamento de todos os serviços, nomeadamente na área social. O Projeto SOS Ucrânia iniciou em fevereiro de 2022. Foram acompanhados pela ação social 118 agregados familiares deslocados em virtude do conflito armado, perfazendo o total de 299 pessoas. Foi prestado apoio na integração destas famílias nos mais diversos âmbitos. Em conjunto com algumas entidades da comunidade, apoiaram-se algumas famílias em resposta habitacional, chegando ao máximo de 105 pessoas alojadas simultaneamente. O Município viu aprovada a sua candidatura apresentada ao FAMI, para apoio alimentar de famílias ucranianas alojadas pelos serviços. --- Com este diagnóstico social e plano de desenvolvimento acreditamos que será possível ao executivo realizar um melhor enquadramento ao nível da população socialmente vulnerável do nosso concelho e assim melhor definir um plano de ação que responda às efetivas necessidades dos nossos concidadãos.” -----

----- **NÃO HAVENDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Ausentaram-se da sala de reuniões, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Helena Santos Pereira -----



----- João Filipe Campos Catarino -----

02.21 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE –
EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M. – RELATÓRIO DE
GESTÃO 2023 -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a matéria em questão é apreciada pela Assembleia Municipal, não carecendo de votação, pelo que a redação do presente ponto da ordem de trabalhos passa a ser o seguinte: -----

02.21 – APRECIACÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA
INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M. – RELATÓRIO DE GESTÃO
2023 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 80689** datado de **2024.09.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação dos documentos acima referenciados, nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 53.736/2024, a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, remeteu o seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 20 do mês findo, que seguidamente se transcreve: “O Relatório de Gestão 2023 da entidade Tejo Ambiente SA (empresa com participação do Município de Ourém), evidencia um resultado líquido do exercício positivo em 832.936,54 euros, pelo que não haverá a necessidade de reposição do equilíbrio. -----



---- O presente relatório deverá ser remetido pela câmara municipal ao órgão deliberativo, em observância ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013.-----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Compareceram nesta sessão os senhores: Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, e bem assim, o Diretor Financeiro Tejo Ambiente, Dr. Paulo Santos, tendo sido apresentada uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a participação, tomou a palavra o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referindo o seguinte: “Gostaria de deixar duas ou três notas: -----

Primeiro, agradecer ao Dr. Paulo Santos, à apresentação e também ao Eng.º José Santos. -----

Depois, duas ou três notas que me parecem relevantes. Uma primeira que tem a ver com a eficiência hídrica, como aqui foi dito. Nós, hoje, na Tejo Ambiente, temos uma eficiência hídrica de 60%, o que significa que 40% da água que é colocada no sistema é desperdiçada. -----

Quando a empresa começou era ao contrário, 60% da água que era colocada no sistema, era toda desperdiçada, tínhamos que a pagar. Hoje é 60%, 40%. Como aqui foi dito e bem, continua a ser um número muito elevado. Só para termos um exemplo. E, às vezes, quando dizemos que a água é cara no concelho de Ourém, e é. Mas o nível de eficiência hídrica no concelho de Ourém é de 20%. Portanto, perfeitamente dentro daquilo que a ERSAR entende como aceitável, muito longe destes 20% de perda, portanto 80%, e muito longe destes 60% que temos ainda nos outros cinco concelhos. -----

Depois, dar nota de que os resíduos sólidos urbanos é hoje uma das componentes que dá efetivamente resultado negativo, como aqui foi expresso, muito por força dos aumentos exponenciais das contribuições e dos valores pagos às entidades em alta, que aumentaram exponencialmente, nos últimos anos. -----

Em relação à demonstração de resultados, também foi aqui dito, provisionámos uma imparidade de 770.000 €. Tem a ver com um processo que temos em Tribunal com a SUMA por causa da revisão de preços. Nós entendemos que ele não é devido e a empresa entende que sim, e nós contestámos isso. E por isso está aqui devidamente identificado para que esteja



acautelado alguma situação que nós pensamos que não tem razão, mas que possa não acontecer. -----

Verificaram aqui também a questão dos juros, 850.000 € de juros que tem muito a ver com o aumento das taxas de juro e, obviamente, de uma empresa que tem um endividamento bancário grande, reflete-se aqui de uma forma Isso obviamente, também afeta muito os resultados. -----

E, como podemos também ver, e foi aqui dito, nós, neste momento, no concelho de Ourém, já temos cerca de 8 milhões € de investimento, nestes três anos e meio de atividade, o que não deixa de ser também significativo. E porque também ao fim ao cabo, foi uma das razões pela qual entendemos na altura, aderir a esta empresa intermunicipal. -----

Senhor Presidente, era isto que queria acrescentar ao que foi aqui dito e agradecer mais uma vez a apresentação. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, agradecer a apresentação. -----

Segundo, os resultados estão melhores e isso é muito bom, obviamente. É aquilo que sempre fomos favoráveis na questão da constituição da empresa, portanto, estamos a começar a ver os resultados. -----

Fiquei só com uma dúvida. Quando disse que a taxa de eficiência hídrica aceitável ou o aconselhável era 75%, ainda não nos estamos a aproximar o suficiente. Quando é que acha que lá chegaremos? Ou seja, qual a vossa previsão para chegar aos 75%.” -----

----- Tomando a palavra, o DIRETOR GERAL TEJO AMBIENTE, referiu o seguinte: “Respondendo diretamente à pergunta, o nosso modelo prevê que até 2030, possamos atingir estes níveis de qualidade média nacional. Contudo, conforme foi referido, já fizemos um percurso, digamos, significativo. Mas também temos a consciência de que o percurso que ainda falta fazer para atingir estes valores são relevantes. -----



Importa referir a realização de investimentos avultados na impermeabilização de reservatórios. E daqui estou sempre a excluir o sistema de abastecimento público em Ourém, porque não está, naturalmente, nestas variáveis, mas estamos a realizar investimentos ao nível de reservatórios que tinham uma degradação muito acentuada. -----

Um outro fator que, por vezes, é muito referido e diria, bem visto, é a substituição de contadores por antiguidade. Mais de metade do parque de contadores, cerca de 44.000 contadores, herdados em 2020, tinham mais de 12 anos, ou seja, cerca de 23 mil contadores tinham mais de 12 anos. Desses 23 mil, 17 mil tinham mais de 20 anos. Quer dizer o quê? Só pela campanha de substituição por antiguidade e pela atuação e investimentos ao nível de impermeabilização e ou construção de novos reservatórios, os resultados já começam a verificar-se, mas ainda há um percurso a fazer.” -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes e os que estão lá em casa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Antes de apresentar uma declaração, gostaria de fazer só uma pergunta. -----

Não sei se percebi bem. Relativamente a um diferencial que havia em relação à água não faturada, água não tratada e 10% de água tratada, se havia diferença por causa de eficiência da rede de saneamento. Também esta parte da eficiência hídrica tem muito a ver com o ativo imobilizado, que se calhar não está propriamente consolidado. Por isso, essas perdas de água. Fica então esta observação.” -----

Declaração: “É com enorme satisfação que o Grupo Municipal do PSD assiste hoje a esta apresentação de contas por parte da Empresa Intermunicipal Tejo Ambiente, onde fica claro que a empresa está a trabalhar a bom ritmo, tendo desta feita atingido o tão desejado reequilíbrio financeiro, com resultados positivos, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da gestão dos resultados. -----

Damos parabéns à direção executiva, na pessoa do Engenheiro José Santos e também ao Conselho de Administração, presidido pelo Presidente Luís Miguel Albuquerque, pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver com vista à normalização das contas da empresa, primando pela eficiência no trabalho que todos os dias a empresa executa. -----



Reiteramos a confiança do PSD neste projeto, deixando votos de que a situação financeira da empresa continue equilibrada e o serviço continue a ser bem prestado às populações, como até agora o tem sido. -----

Em nome da bancada do PSD, parabéns pelos resultados aqui apresentados.” -----

----- Tomando a palavra, o DIRETOR FINANCEIRO TEJO AMBIENTE, referiu o seguinte:

“Sobre a questão colocada relativamente à eficiência hídrica em termos de água, as afluências indevidas e saneamento. Efetivamente, aqui há um caminho que está a ser percorrido com investimentos significativos em termos de redes de saneamento. Ainda assim, conforme mostrei, há uma quebra significativa em termos das afluências indevidas, mas é um fato que ainda requer mais algum investimento nessas mesmas redes. É lógico que o investimento requer capacidade financeira, requer capital, requer talvez alguns fundos comunitários. Portanto, é uma coisa que se vai fazendo com alguma naturalidade. O certo é que a tendência está a ser decrescente e isso é animador.” -----

----- Tomando a palavra, o DIRETOR GERAL TEJO AMBIENTE, referiu o seguinte:

“Senhor Presidente, se me permitir, só para complementar a informação do meu colega de forma a percebermos na íntegra. Estes 115% que o meu colega refere, como no fundo as afluências indevidas, toda aquela água é tratada, não há nenhuma água que não seja tratada, porque senão estaremos a cometer um crime ambiental. Cuidado com isso. Toda a água é tratada. No entanto, o que importa perceber é o seguinte em termos de lógica de funcionamento, por cada 100 litros de água que sejam consumidos, cerca de 90, tecnicamente deveria ser assim, 90 litros iriam ser despejados na rede de saneamento. Quer dizer o quê? Por cada 100 litros, hoje, 115 litros chegam à ETAR. Portanto, é perceber que aqui estamos a falar, porque cada 100 litros, 20 litros são ineficiência. Estamos a pagar como se fosse efluente a tratar, este efluente, tratar ou estes 20 litros por cada 100. Na prática, resultam ou da água, da chuva e ou das ribeiras, que também poderá ser da chuva ou não. Porque, digamos, esta, esta inversão, esta inversão, nesta percentagem é relevante. Mas dizer também que, por exemplo, estamos nesta altura, a filmar a rede de saneamento aqui precisamente no concelho e estamos a verificar redes de saneamento fraturadas, completamente degradadas. Isto pressupõe o quê? Investimento, conforme o meu colega dizia. Portanto, há que conhecer,



identificar, priorizar investimentos e, naturalmente, combater estas ineficiências. E é por aqui também que até ambiente tem que trabalhar. -----

Muito obrigado” -----

----- **A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO – 29 PRESENCAS** -----

----- Regressou à sala de reuniões, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PONTO DE ÁGUA EM PAIVEIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 80774** datado de **2024.09.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.09.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção das taxas no montante de 1.192,63 euros, referente ao processo de criação de um ponto de água em Paiveira, de que é titular a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, por se tratar de uma obra de interesse público, integrada na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 57.126/2024, da **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste Concelho, a solicitar, relativamente ao processo de criação de um ponto de água, na localidade de Paiveira, em Olival, daquela união de freguesias, integrado na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a isenção do pagamento de todas as taxas. -----



---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 69.750/2024, a dar conta de que o pedido é referente ao parecer prévio não vinculativo n.º 1486/2024 e de que o cálculo das taxas a isentar corresponde ao montante de 1.192,63€. -----

---- Do processo faz também parte a informação registada sob o n.º 76.135/2024, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território** -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – OUREARTE – ESCOLA DE MÚSICA E ARTES DE OURÉM – UTILIZAÇÃO AUDITÓRIO DO PAÇO DOS CONDES DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 62431** datado de **2024.07.05**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 212,60 euros, referente à utilização do Auditório do Paço dos Condes de Ourém, conforme pedido efetuado pela Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém, por se tratar de Associação que presta serviços relevantes à comunidade. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém** (sedeada na Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 11, nesta Cidade), através da carta registada sob o n.º 57.178/2024, solicitou a esta Autarquia, a cedência do Auditório do



Paço dos Condes no Castelo de Ourém, para o dia 05 do corrente mês, para a realização do concerto de encerramento do II estágio de Coro da Ourearte e respetivos ensaios, com isenção das taxas correspondentes à utilização do referido espaço. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Ação Cultural** exarou no processo uma informação, datada de 21 de junho findo, a dar conta de que o espaço está disponível e de que tem um custo associado de 212,60€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.24 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – GRUPO CULTURAL, DESPORTIVO E RECREATIVO BAIARENSE – PROCESSO N.º 1529/2022 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 67642** datado de **2024.07.19**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas, no valor de 4.006,81 euros, correspondentes ao processo n.º 1529/2022, de que é titular o Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 36.220/2024, do **Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense**, com sede no Beco do Clube, n.º 140, em Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas referentes ao processo n.º 1529/2022 (legalização de obras de ampliação e alteração de edifícios destinados a



equipamentos desportivos e coletivos e muros de vedação, sítios na Rua da Lagoa, também em Bairro), de que é titular, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que presta serviços de carácter desportivo, cultural e recreativo na comunidade. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 49.383/2024, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar corresponde ao montante de 4.006,81€, que inclui a verba de 231,46€ (já paga) e a deixar a decisão superior a sua isenção, de conformidade com o n.º 6, do artigo 34.º, do regulamento em vigor.

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE OLIVAL – REQUALIFICAÇÃO DO ADRO DA IGREJA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 79663** datado de **2024.09.02**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 9.334,01 euros, relativa à execução de obras de requalificação do adro da Igreja, a que se refere o processo de licenciamento n.º 1266/2021, solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Olival, tendo em conta a relevância do serviço público que presta à comunidade. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 54.376/2024, da **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Olival**, com sede na Rua Cimo da Igreja, n.º 20, em Olival, da União das Freguesias de Gondemaria e



Olival, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas relativas às obras de requalificação do adro da Igreja, a que corresponde o processo n.º 1266/2021, de que é titular.

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 68.406/2024, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar corresponde ao montante de 9.334,01€, que inclui a verba de 102,30€ (já paga) e a deixar a decisão superior a sua isenção, de conformidade com o n.º 6, do artigo 34.º, do regulamento em vigor.

---- Ouvida igualmente sobre a pretensão, a **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 74.387/2024, que se encontra anexa ao processo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.26 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMITÉ PARALÍMPICO DE PORTUGAL – CEDÊNCIA DE DIVERSAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 67646** datado de **2024.07.19**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.07.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 497,16 euros, relativa à cedência de diversas instalações desportivas municipais, solicitado pelo Comité Paralímpico de Portugal, considerando a importância da representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos Paris 2024. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da carta registada sob o n.º 57.019/2024, do **Comité Paralímpico de Portugal**, sediado na Rua do Sacramento, n.º 4,



rés do chão, em Fanqueiro, da Freguesia e Concelho de Loures, a solicitar a cedência de diversas instalações desportivas municipais, para os dias 25, 26 e 27 de junho findo, com vista à preparação dos atletas que participarão nos Jogos Paralímpicos Paris 2024, com isenção das respetivas taxas, foi apreciada a informação, datada de 28 também de junho findo, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a dar conta de que o valor associado à utilização do Estádio Municipal Papa Francisco, das Piscinas de Fátima e dos Pavilhões gimnodesportivo de Fátima e Municipal de Caneiro, é de 497,16€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO ABRAÇAR SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 79668** datado de **2024.09.02**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.08.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 212,60 euros, referente à utilização do Teatro Municipal de Ourém, conforme pedido efetuado pela Associação Abraçar São Tomé e Príncipe, considerando a importância do evento, particularmente o objetivo solidário a que se propõe, designadamente o apoio à construção de um aviário em São Tomé e Príncipe que visa colmatar deficiências alimentares da comunidade educativa. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 72.596/2024, da **Associação Abraçar São Tomé e Príncipe**, com sede na Rua Eng. José Frederico Ulrich, n.º 28, da Freguesia de Linda-a-Velha, do Concelho de Oeiras, a solicitar a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização do Teatro Municipal de Ourém, no âmbito da realização da Gala Solidária “Abraçar São Tomé e Príncipe”, no dia 29 de setembro de 2024. -----

--- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 do corrente mês, a deixar à consideração superior o deferimento do pedido, que ascende a 212,60€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se registando qualquer pedido de intervenção. -----

----- Atendendo à dificuldade no acesso/consulta, na plataforma da AMO, à documentação anexa às matérias aditadas, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à consideração dos representantes dos grupos municipais a apreciação da ordem de trabalhos aditada, sugerindo prosseguir com os trabalhos. após uma breve pausa, ou adiar os mesmos para uma segunda reunião desta sessão. -----

----- Questionado sobre a necessidade do aditamento destas matérias, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Todos os pontos constantes do aditamento são



importantes porque, a maior parte deles, são investimentos que queremos realizar, muitos deles no âmbito do PRR e do PT 2030, que têm prazos, como sabemos, para poderem ser executados. -----

Agora, se os senhores Deputados, o senhor Presidente entenderem que não há condições para serem votados hoje, penso que se o fizermos dentro de uma semana no máximo, não haverá qualquer tipo de problema. Agora, muito mais do que isso, poderá começar a ser problemático, porque, como digo, há aqui prazos que temos que cumprir. Há procedimentos que temos que lançar e obviamente, tudo isto demora muito tempo. Corremos ainda o risco de poderem ficar desertos, o que, felizmente, não têm acontecido aqui em Ourém, mas começa a acontecer um pouco por todo o país. -----

A urgência é esta. Agora deixo à vossa consideração.” -----

----- Face ao exposto, a Comissão Planeamento Estratégico reuniu tendo deliberado, por unanimidade, encerrar esta 1.º reunião desta sessão ordinária, agendando uma 2.ª reunião, a realizar no próximo dia 03 de outubro, pelas 20H, neste mesmo local, onde serão apreciadas e votadas as matérias constantes do Edital aditamento -----

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(…) o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta 1.ª reunião da sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL